



CLIPPING E CURADORIA DE NOTÍCIAS
18 e 19/05/2021

ÍNDICE

1. RELATÓRIO
2. CNC realiza workshop para discutir diversidade – DIÁRIO DO TURISMO – São Paulo – 17/05/2021
3. Desembargador diz que cartazes contra LGBTfobia em estabelecimentos do RN causam "transtornos" aos empresários – SAIBA MAIS – Rio Grande do Norte – 17/05/2021
4. Quase 72% das empresas de hotelaria do RN estão com débitos tributários – GRANDE PONTO – Rio Grande do Norte – 18/05/2021
5. Fecomércio/rn lança plano para retomada do turismo – ERIVAN JUSTINO – Rio Grande do Norte – 18/05/2021
6. Fecomércio/RN lança plano para retomada do turismo – TRIBUNA DE NOTÍCIAS – Rio Grande do Norte – 18/05/2021
7. Desembargador diz que cartazes contra LGBTfobia em estabelecimentos do RN causam "transtornos" aos empresários – CHICO GREGÓRIO – Rio Grande do Norte – 18/05/2021
8. Quase 72% das empresas de hotelaria do RN estão com débitos tributários devido pandemia – AGORA RN – Rio Grande do Norte – 18/05/2021
9. Quase 72% das empresas de hotelaria do RN estão com débitos tributários devido à pandemia – BLOG ROBSON PIRES – Rio Grande do Norte – 18/05/2021
10. Fecomércio/rn lança plano para retomada do turismo – HILNETH CORREIA – Rio Grande do Norte – 18/05/2021
11. Justiça suspende lei que obrigava afixação de cartazes contra lgbtfobia em estabelecimentos do rn – BLOG TULIO LEMOS – Rio Grande do Norte – 18/05/2021

12. QUEBRADEIRA: Quase 72% das empresas de hotelaria do RN estão com débitos tributários devido à Pandemia – BLOG DO BG – Rio Grande do Norte – 18/05/2021
13. QUEBRADEIRA: Quase 72% das empresas de hotelaria do RN estão com débitos tributários devido à pandemia – BLOG DO FM – Rio Grande do Norte – 18/05/2021
14. Quase 72% das empresas de hotelaria de Natal têm débitos tributários – NOVO NOTÍCIAS – Rio Grande do Norte – 18/05/2021
15. Quase 72% das empresas de hotelaria de natal têm débitos tributários – BLOG TULIO LEMOS – Rio Grande do Norte – 18/05/2021
16. Economia vê risco de energia elétrica mais cara – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 19/05/2021
17. Araújo implica Pazuello no atraso da vacinação – ESTADÃO – São Paulo – 19/05/2021
18. Depoimento tem inverdades sobre a China – ESTADÃO – São Paulo – 19/05/2021
19. TCU pode punir Pazuello por 'omissões graves' na pandemia – ESTADÃO – São Paulo – 19/05/2021
20. Instituto prevê retorno do País a 3 mil mortes ainda este mês – ESTADÃO – São Paulo – 19/05/2021
21. Governo lança pacote de benefícios para caminhoneiros; diesel fica fora – ESTADÃO – São Paulo – 19/05/2021
22. Economia vê risco de energia mais cara – ESTADÃO – São Paulo – 19/05/2021
23. Grupo Ultra vende a rede Estraforma à Pague Menos por R\$ 700 milhões – ESTADÃO – São Paulo – 19/05/2021
24. Ernesto confirma à CPI ação de Bolsonaro por compra de cloroquina – FOLHA DE SÃO PAULO – São Paulo – 19/05/2021

25. Disputa eleitoral antecipada gera clima de fim de governo e atravança reformas – FOLHA DE SÃO PAULO – São Paulo – 19/05/2021
26. Em momento de baixa, Bolsonaro assina pacote para caminhoneiros – FOLHA DE SÃO PAULO – São Paulo – 19/05/2021
27. Construção quer importar aço para conter alta de preço – FOLHA DE SÃO PAULO – São Paulo – 19/05/2021
28. Empresárias querem espaço para femtechs no mercado de startups – FOLHA DE SÃO PAULO – São Paulo – 19/05/2021
29. Para 70%, vacinação está lenta, diz Datafolha – FOLHA DE SÃO PAULO – São Paulo – 19/05/2021
30. GRÁFICOS

RELATÓRIO

Em seu depoimento à CPI da Covid, nesta terça-feira (18), o ex-ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, disse que atuou no início da pandemia para a importação de insumo para a fabricação de cloroquina a pedido do presidente Jair Bolsonaro, mas que só recebeu do presidente solicitação específica para fazer gestões relativas a vacinas no fim de fevereiro deste ano. Ele afirmou ainda que Bolsonaro pediu uma ligação com o primeiro-ministro da Índia para atuar pela liberação da exportação de insumos da cloroquina pelo país asiático (O GLOBO).

Um dos depoimentos mais esperados da semana, o do ex-chanceler, como não poderia ser diferente, foi parar nas capas dos principais jornais do Brasil. A FOLHA DE SÃO PAULO lembrou ainda que em seu depoimento Ernesto Araújo tentou se distanciar do efeito de suas declarações críticas à China sobre a falta de vacinas no país, alegando que não vê como "antichinesas". O ESTADÃO também destacou que o ex-chanceler responsabilizou a pasta da Saúde por estratégia de imunização, implicando o ex-ministro Eduardo Pazuello no atraso da vacinação. O ex-ministro da Saúde, inclusive, é o depoente desta quarta-feira (19). Este é o depoimento mais aguardado pela CPI da Covid.

Enquanto isso, no Planalto, o presidente Jair Bolsonaro tratava do tema "caminhoneiros". Ele lançou ontem um pacote de medidas para atender a categoria, que compõe a base de apoio ao governo. Entre outras, as medidas incluem a simplificação dos documentos e investimentos nas estradas, mas sem ações para reduzir os custos com o combustível, principal reivindicação dos motoristas. Representantes dos caminhoneiros avaliam que o programa 'Gigantes do Asfalto' não resolve os principais problemas dos profissionais, como o alto custo do diesel e a baixa remuneração pelos fretes (O GLOBO, VALOR, FOLHA e ESTADÃO).

Após o fechamento do mercado, a rede de varejo farmacêutico Pague Menos anunciou a compra da Extrafarma, do conglomerado Ultrapar, por 700 milhões de reais. O negócio torna a Pague Menos a segunda maior varejista de drogarias do Brasil, atrás apenas da RD, dona das bandeiras Drogasil e Droga Raia. A compra da Extrafarma elevará em mais de um terço o número de lojas da Pague Menos, para 1.503 unidades, e reforçará a sua presença principalmente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, afirmou uma das fontes. A Extrafarma possui 402 lojas. O assunto, claro, foi parar nas páginas dos cadernos de Economia dos principais jornais.

Em mais uma projeção apocalíptica, o Instituto para Métricas de Saúde e Avaliação (IHME), da Universidade de Washington (EUA), revelou que o Brasil pode chegar a 973 mil mortes por Covid-19 até setembro, voltando ao patamar de 3 mil mortes por dia. Este seria o pior cenário, com a lentidão da vacinação e flexibilização exagerada. Por outro lado, o mesmo estudo revela que na projeção mais otimista, o novo pico de óbitos seria no início de junho, com cerca de 3,1 mortes por dia. Nessa hipótese, o número de mortes começaria a cair no dia 6 de junho e alcançaria entre 200 (mais otimista) e 480 óbitos (projeção atual) por dia no início de setembro. Tudo vai depender da velocidade de vacinação (ESTADÃO).

17/05/2021

Link

<https://diariodoturismo.com.br/cnc-realiza-workshop-para-discutir-diversidade/>

CNC realiza workshop para discutir diversidade

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) realiza, na próxima terça-feira (18), às 9h, o Workshop Diversidade é Legal: Relações do trabalho e impactos da responsabilidade social sob a visão da Legislação.

EDIÇÃO DO DIÁRIO com agências

No evento, que contará com a participação da empresária [Luiza Helena Trajano](#), presidente do Conselho do Magalu e do Grupo Mulheres do Brasil, serão apresentados os impactos da diversidade e das novas relações de trabalho sob a visão da legislação. O evento será on-line e gratuito e as inscrições podem ser feitas neste link: <https://bit.ly/2RO8RcK>

“Vamos abordar este tema tão importante para o País pela ótica empresarial e jurídica e contaremos com a experiência de palestrantes especialistas no assunto”, destaca José Roberto Tadros, presidente da CNC. “É um evento alinhado com as demandas que estamos vivendo como cidadãos, empresários e sociedade”.

O workshop é organizado pela Comissão de Negociação Coletiva do Comércio (CNCC), criada pela CNC e da qual Luiz Trajano é vice-presidente. “Sem diversidade não tem inovação”, afirma a empresária, que pretende explorar a diversidade sob a visão da prática empresarial em sua palestra. Ela também vai focar em código de ética, para orientar empresários quanto à elaboração desse documento legal tão importante para que a diversidade seja incorporada e disseminada a todos os colaboradores de uma organização. Além de Luiza, o evento contará com outros cinco palestrantes, que vão abordar a diversidade sob diferentes aspectos.

Programação

9h – Abertura

9h10 – Relações do Trabalho Pós-Pandemia – Enfoque em Home Office e Negociações Coletivas

Palestrante:

Vólia Bomfim – Foi desembargadora do Trabalho no TRT da 1ª Região, professora e consultora.

9h50 – Diversidade – Visões do TST e STF

Palestrante:

Felipe Bernardes – juiz do Trabalho TRT da 1ª Região, autor e professor

10h30 – Intervalo

10h40 – Tema: Diversidade – Visão dos Escritórios de Advocacia e Mitigação de Riscos

Palestrantes:

Maurício Froes Guidi – advogado e sócio da Área Trabalhista do Pinheiro Neto Advogados

Gisela da Silva Freire – advogada e sócia do Cescon, Barriou, Flesch e Barreto Advogados e

presidente do Sindicato das Sociedades de Advogados dos Estados de SP e RJ (Sinsa)

11h20 – Tema: Diversidade – Visão da Prática Empresarial – Enfoque Também em Código Ética

Palestrantes:

Luiza Trajano – empresária e vice-presidente da CNCC

12h – Tema: Apresentação da Cláusula sobre Diversidade – CNCC

Palestrante:

Karina Negreli – advogada do Secovi SP

12h20 – Encerramento

Ivo Dall'Acqua Jr. – presidente da CNCC e vice-presidente da Fecomércio-SP

Patrícia Duque – chefe da Divisão Sindical da CNC

Desembargador diz que cartazes contra LGBTfobia em estabelecimentos do RN causam "transtornos" aos empresários – SAIBA MAIS – Rio Grande do Norte – 17/05/2021

Link	https://www.saibamais.jor.br/desembargador-diz-que-cartazes-contralgbtfobia-em-estabelecimentos-do-rn-causam-transtornos-aos-empresarios/
------	---

Desembargador diz que cartazes contra LGBTfobia em estabelecimentos do RN causam “transtornos” aos empresários

Neste Dia Internacional de Luta contra a LGBTfobia, 17 de maio, movimentos sociais lançaram nota de repúdio ao processo judicial movido por entidades do empresariado potiguar visando suspender a Lei Estadual Nº 10.761/2020, de autoria do deputado estadual Sandro Pimentel (PSol) e sancionada pela governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra (PT).

O instrumento legal dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartaz em órgãos públicos e estabelecimentos privados do estado, informando que a Lei Estadual nº 9.036/2007 proíbe e pune atos de discriminação em virtude de orientação sexual e identidade de gênero.

A suspensão foi acatada pelo desembargador Cláudio Santos em caráter liminar de segunda instância no dia 22 de abril e aguarda apreciação pela 1ª Câmara Cível do TJRN, cabendo recurso.

Para o magistrado, a medida instituída pela lei, “acarreta inúmeros transtornos”. Cláudio Santos considera que o espaço de 28 cm de largura por 21 cm de altura (folha A4) é de “grande dimensão” e gera prejuízo para o pequeno comerciante, uma vez que deixará de usá-lo para expor seus produtos.

A justificativa chega a dizer que os comerciantes poderão sofrer “coação moral” por parte dos militantes do movimento LGBTQIA+, que, apesar de não serem agentes do governo, poderão forçar os empresários a colocar os cartazes, sob ameaça de realizarem denúncia.

Ele também acredita que a lei cria uma tendência à criação de placas chamando a atenção sobre a existência de outras leis, o que pode gerar “murais” de informação legislativa em todos os estabelecimentos, sejam grandes ou pequenos.

Por último, conclui que a lei é inconstitucional, “seja pelo vício de iniciativa, já que cria encargos para a Administração Pública como elaboração e impressão de cartazes e fiscalização, mas fora proposta por um deputado estadual; seja pela inconstitucionalidade material, uma vez que essa lei trata de matéria acerca do direito civil, que é de competência exclusiva da União”.

A [nota dos movimentos](#) classifica como pífias as justificativas e diz que não imaginavam que veriam “escancarada” a LGBTfobia em um processo judicial.

Eles ainda expõem os autores da ação: Câmara de Dirigentes Lojistas de Natal (CDL-Natal); Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (Fiern); Federação das Empresas de Transporte de Passageiros do Nordeste (Fetronor); Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio Grande do Norte (Fecomercio/RN); Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Rio Grande do Norte (Faern); Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte (Sebrae/RN); e Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Norte (Facern).

Quase 72% das empresas de hotelaria do RN estão com débitos tributários – GRANDE PONTO –

Rio Grande do Norte – 18/05/2021

Link	https://www.grandeponto.com.br/noticia/quase-72-das-empresas-de-hotelaria-do-rn-estao-com-debitos-tributarios
------	---

Quase 72% das empresas de hotelaria do RN estão com débitos tributários



Os números são duros e alarmantes, mas reais. Exatamente 71,67% das empresas de hotelaria em Natal estão endividadas com relação tributos. Tomando por referência apenas dois tipos de impostos, o débito ultrapassa os 86 milhões de reais. As dívidas imobiliárias somam R\$15,5 milhões e os débitos mercantis passam dos R\$ 71,2 milhões.

Os dados são da própria Secretaria Municipal de Tributação, em resposta à solicitação feita pelo gabinete do vereador Aldo Clemente. Os números refletem de forma fidedigna os dados divulgados recentemente pela Federação do Comércio do Rio Grande do Norte (Fecomércio/RN). Segundo a entidade, o efeito da pandemia no turismo potiguar foi devastador e gerou uma perda de receita que gira em torno de R\$ 1,5 bilhão

“Não pagaram e não é porque estão devedores ou por maldade não, é porque estão quebradas e falidas. As nossas empresas estão no chão e não têm dinheiro nem pra arcar com suas folhas de pagamento. O nosso único suporte tem sido a medida provisória 936 do Governo Federal que tem nos ajudado a pagar o pouco que podemos”, atesta Abdon Gosson, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hoteis do Rio Grande do Norte (ABIH/RN).

Fecomércio/rn lança plano para retomada do turismo – ERIVAN JUSTINO – Rio Grande do Norte – 18/05/2021

Link	https://www.erivanjustino.com.br/2021/05/fecomerciorn-lanca-plano-para-retomada.html?m=1
------	---

FECOMÉRCIO/RN LANÇA PLANO PARA RETOMADA DO TURISMO

A Federação do Comércio, Bens, Serviços e Turismo lança, na semana que vem, em parceria com outras entidades, o Plano de Retomada dos Setores de Eventos, Casas de Recepções, Teatros e Afins e, na sequência, uma ação permanente de conscientização de empreendedores e clientes de bares e restaurantes para os cuidados com a pandemia.

A ação batizada de “Lazer com Responsabilidade” será conduzida junto com o Sebrae e outras entidades do setor de Turismo, como Abrasel, ABIH, SHRBS, Natal Convention Bureau, Mossoró Convention, Sindetur, Preserve Pipa e Abav).

A ideia é que equipes treinadas pelo Sebrae visitem os principais pólos de bares e restaurantes abordando clientes e empreendedores e distribuindo álcool em gel, máscaras e uma folheteria que ressalta os cuidados a serem tomados nestes estabelecimentos.

As equipes também fixarão adesivos nos locais visitados, destacando que eles receberam a ação e que estão na rota desta conscientização, que deverá ser perene, com reforço nos finais de semana. Já o Plano de Retomada dos Setores de Eventos, Casas de Recepções, Teatros e Afins está sendo elaborado por uma equipe técnica multidisciplinar, liderada pelo Senac e conta com a parceria das federações das Indústrias, dos Transportes, da Agricultura, das CDLs e das Associações Comerciais, além das demais entidades ligadas ao turismo.

Os técnicos estão trabalhando sob a metodologia de gestão ágil de projetos e o Grupo Técnico conta com a participação de alguns dos principais empreendedores e executivos dos segmentos envolvidos.

O plano vai envolver revisão de protocolos, cronograma e escalonamentos de reabertura. A ideia é entregar a primeira etapa deste plano até o final da semana que vem ao Governo do Estado, que já se comprometeu que o documento será o grande norteador das próximas flexibilizações.

**Fecomércio/RN lança plano para retomada do turismo – TRIBUNA DE NOTÍCIAS – Rio Grande
do Norte – 18/05/2021**

Link	http://www.tribunadenoticias.com.br/2021/05/fecomerciorn-lanca-plano-para-retomada.html?m=1
------	---

FECOMÉRCIO/RN LANÇA PLANO PARA RETOMADA DO TURISMO

A Federação do Comércio, Bens, Serviços e Turismo lança, na semana que vem, em parceria com outras entidades, o Plano de Retomada dos Setores de Eventos, Casas de Recepções, Teatros e Afins e, na sequência, uma ação permanente de conscientização de empreendedores e clientes de bares e restaurantes para os cuidados com a pandemia.

A ação batizada de “Lazer com Responsabilidade” será conduzida junto com o Sebrae e outras entidades do setor de Turismo, como Abrasel, ABIH, SHRBS, Natal Convention Bureau, Mossoró Convention, Sindetur, Preserve Pipa e Abav).

A ideia é que equipes treinadas pelo Sebrae visitem os principais pólos de bares e restaurantes abordando clientes e empreendedores e distribuindo álcool em gel, máscaras e uma folheteria que ressalta os cuidados a serem tomados nestes estabelecimentos.

As equipes também fixarão adesivos nos locais visitados, destacando que eles receberam a ação e que estão na rota desta conscientização, que deverá ser perene, com reforço nos finais de semana. Já o Plano de Retomada dos Setores de Eventos, Casas de Recepções, Teatros e Afins está sendo elaborado por uma equipe técnica multidisciplinar, liderada pelo Senac e conta com a parceria das federações das Indústrias, dos Transportes, da Agricultura, das CDLs e das Associações Comerciais, além das demais entidades ligadas ao turismo.

Os técnicos estão trabalhando sob a metodologia de gestão ágil de projetos e o Grupo Técnico conta com a participação de alguns dos principais empreendedores e executivos dos segmentos envolvidos.

O plano vai envolver revisão de protocolos, cronograma e escalonamentos de reabertura. A ideia é entregar a primeira etapa deste plano até o final da semana que vem ao Governo do Estado, que já se comprometeu que o documento será o grande norteador das próximas flexibilizações.

Desembargador diz que cartazes contra LGBTfobia em estabelecimentos do RN causam "transtornos" aos empresários – CHICO GREGÓRIO – Rio Grande do Norte – 18/05/2021

Link	http://www.chicogregorio.com.br/2021/05/desembargador-diz-que-cartazes-contralgbtfobia-em-estabelecimentos-do-rn-causam-transtornos-aos-empresarios/
------	---

Desembargador diz que cartazes contra LGBTfobia em estabelecimentos do RN causam “transtornos” aos empresários

Neste Dia Internacional de Luta contra a LGBTfobia, 17 de maio, movimentos sociais lançaram nota de repúdio ao processo judicial movido por entidades do empresariado potiguar visando suspender a Lei Estadual Nº 10.761/2020, de autoria do deputado estadual Sandro Pimentel (PSol) e sancionada pela governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra (PT).

O instrumento legal dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartaz em órgãos públicos e estabelecimentos privados do estado, informando que a Lei Estadual nº 9.036/2007 proíbe e pune atos de discriminação em virtude de orientação sexual e identidade de gênero.

A suspensão foi acatada pelo desembargador Cláudio Santos em caráter liminar de segunda instância no dia 22 de abril e aguarda apreciação pela 1ª Câmara Cível do TJRN, cabendo recurso.

Para o magistrado, a medida instituída pela lei, “acarreta inúmeros transtornos”. Cláudio Santos considera que o espaço de 28 cm de largura por 21 cm de altura (folha A4) é de “grande dimensão” e gera prejuízo para o pequeno comerciante, uma vez que deixará de usá-lo para expor seus produtos.

A justificativa chega a dizer que os comerciantes poderão sofrer “coação moral” por parte dos militantes do movimento LGBTQIA+, que, apesar de não serem agentes do governo, poderão forçar os empresários a colocar os cartazes, sob ameaça de realizarem denúncia.

Ele também acredita que a lei cria uma tendência à criação de placas chamando a atenção sobre a existência de outras leis, o que pode gerar “murais” de informação legislativa em todos os estabelecimentos, sejam grandes ou pequenos.

Por último, conclui que a lei é inconstitucional, “seja pelo vício de iniciativa, já que cria encargos para a Administração Pública como elaboração e impressão de cartazes e fiscalização, mas fora proposta por um deputado estadual; seja pela inconstitucionalidade material, uma vez que essa lei trata de matéria acerca do direito civil, que é de competência exclusiva da União”.

A [nota dos movimentos](#) classifica como pífias as justificativas e diz que não imaginavam que veriam “escancarada” a LGBTFobia em um processo judicial.

Eles ainda expõem os autores da ação: Câmara de Dirigentes Lojistas de Natal (CDL-Natal); Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (Fiern); Federação das Empresas de Transporte de Passageiros do Nordeste (Fetronor); Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio Grande do Norte (Fecomercio/RN); Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Rio Grande do Norte (Faern); Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte (Sebrae/RN); e Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Norte (Facern).

Militante do Coletivo LGBT+ Leilane Assunção, Candida Souza, considera um absurdo a iniciativa da Câmara dos Dirigentes Lojistas e lembra que em João Pessoa (PB) há lei semelhante, que teve adesão de todos os estabelecimentos comerciais.

“Onde a pessoa vai em João Pessoa, se depara com um cartaz que informa que LGBTfobia é crime. É uma ação simples e necessária, que não envolve praticamente nenhum custo, já que é só imprimir um papel, e que faz muita diferença. Entrar num estabelecimento e ler um cartaz desse traz segurança pra nós da comunidade LGBT e pode inibir ações de pessoas preconceituosas”, alertou, ao ressaltar que a comunidade conseguiu a aprovação dessa lei no RN depois de muita pressão dos coletivos e da sociedade civil junto à Assembleia Legislativa.

Candida destaca ainda que se trata de uma lei de promoção da cidadania que não gera custos, mas as entidades que acessaram o Judiciário e o magistrado que concedeu a liminar “preferiram ser lgbtfóbicos, usando argumentos absurdos como o custo dos cartazes, por exemplo”.

O autor do projeto de lei, Sandro Pimentel, disse receber com tristeza a notícia da apreciação do magistrado. “Ataca uma lei que dá publicidade a uma legislação vigente. Vejo isso como um retrocesso imensurável”, lamentou.

“Eu acho uma insanidade dessas empresas que entraram a ação e mais ainda, falta de compromisso social e de responsabilidade com um setor que é tão discriminado pela sociedade. Uma irresponsabilidade gigante do magistrado que fez isso ele certamente desconhece a realidade da sociedade brasileira e do Rio Grande do Norte. Se confirmada a suspensão, vamos acionar o nosso jurídico. Parece-me que a justiça do RN não tem mais o que fazer”, declarou o ex-deputado, informando que o Estado também deve recorrer por meio da Procuradoria Geral.

Sobre a lei

A lei, sancionada em agosto de 2020, foi subscrita também pela secretária de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, Eveline Guerra.

O cartaz deve ser afixado em hotéis, motéis, pensões, pousadas e outros meios que prestem serviços de hospedagem; restaurantes, bares, lanchonetes e similares; casas noturnas de qualquer natureza; clubes sociais e associações recreativas ou desportivas, que promovam eventos com entrada paga; agências de viagens e locais de transportes de massa. E ainda em postos de serviços de autoatendimento, postos de abastecimento de veículos e demais locais de acesso público; prédios comerciais e ocupados por órgãos e serviços públicos estaduais.

A lei se aplica também às repartições públicas diretas e indiretas, escolas, centros de ensino superior, hospitais, centros de saúde, delegacias de polícia, unidades do judiciário e demais locais públicos de intensa movimentação de pessoas. Na hipótese de não cumprimento da lei, os infratores ficam sujeitos à multa no valor de R\$ 1 mil por infração, revertida aos órgãos de proteção aos direitos da comunidade LGBT; e multa em R\$ 2 mil em caso de reincidência.

Quase 72% das empresas de hotelaria do RN estão com débitos tributários devido pandemia –

AGORA RN – Rio Grande do Norte – 18/05/2021

Link	https://agorarn.com.br/ultimas/quase-72-das-empresas-de-hotelaria-do-rn-estao-com-debitos-tributarios-devido-pandemia/
------	---

Quase 72% das empresas de hotelaria do RN estão com débitos tributários devido pandemia

Os dados são da própria Secretaria Municipal de Tributação, em resposta à solicitação feita pelo gabinete do vereador Aldo Clemente

Os números são duros e alarmantes, mas reais. Exatamente 71,67% das empresas de hotelaria em Natal estão endividadas com relação tributos. Tomando por referência apenas dois tipos de impostos, o débito ultrapassa os 86 milhões de reais. As dívidas imobiliárias somam R\$15,5 milhões e os débitos mercantis passam dos R\$ 71,2 milhões.

Os dados são da própria Secretaria Municipal de Tributação, em resposta à solicitação feita pelo gabinete do vereador Aldo Clemente. Os números refletem de forma fidedigna os dados divulgados recentemente pela Federação do Comércio do Rio Grande do Norte (Fecomércio/RN). Segundo a entidade, o efeito da pandemia no turismo potiguar foi devastador e gerou uma perda de receita que gira em torno de R\$ 1,5 bilhão

“Não pagaram e não é porque estão devedores ou por maldade não, é porque estão quebradas e falidas. As nossas empresas estão no chão e não têm dinheiro nem pra arcar com suas folhas de pagamento. O nosso único suporte tem sido a medida provisória 936 do Governo Federal que tem nos ajudado a pagar o pouco que podemos”, atesta Abdon Gosson, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hoteis do Rio Grande do Norte (ABIH/RN).

Quase 72% das empresas de hotelaria do RN estão com débitos tributários devido à pandemia

– BLOG ROBSON PIRES – Rio Grande do Norte – 18/05/2021

Link	https://robsonpiresxerife.com/quase-72-das-empresas-de-hotelaria-do-rn-estao-com-debitos-tributarios-devido-a-pandemia/
------	---

Quase 72% das empresas de hotelaria do RN estão com débitos tributários devido à pandemia

Os números são duros e alarmantes, mas reais. Exatamente 71,67% das empresas de hotelaria em Natal estão endividadadas com relação tributos. Tomando por referência apenas dois tipos de impostos, o débito ultrapassa os 86 milhões de reais. As dívidas imobiliárias somam R\$15,5 milhões e os débitos mercantis passam dos R\$ 71,2 milhões.

Os dados são da própria Secretaria Municipal de Tributação, em resposta à solicitação feita pelo gabinete do vereador Aldo Clemente. Os números refletem de forma fidedigna os dados divulgados recentemente pela Federação do Comércio do Rio Grande do Norte (Fecomércio/RN). Segundo a entidade, o efeito da pandemia no turismo potiguar foi devastador e gerou uma perda de receita que gira em torno de R\$ 1,5 bilhão

“Não pagaram e não é porque estão devedores ou por maldade não, é porque estão quebradas e falidas. As nossas empresas estão no chão e não têm dinheiro nem pra arcar com suas folhas de pagamento. O nosso único suporte tem sido a medida provisória 936 do Governo Federal que tem nos ajudado a pagar o pouco que podemos”, atesta Abdon Gosson, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hoteis do Rio Grande do Norte (ABIH/RN).

Fecomércio/rn lança plano para retomada do turismo – HILNETH CORREIA – Rio Grande do Norte – 18/05/2021

Link	https://hilnethcorreia.com.br/2021/05/18/fecomercio-rn-lanca-plano-para-retomada-do-turismo/
------	---

FECOMÉRCIO/RN LANÇA PLANO PARA RETOMADA DO TURISMO

A Federação do Comércio, Bens, Serviços e Turismo lança, na próxima semana, em parceria com outras entidades, o Plano de Retomada dos Setores de Eventos, Casas de Recepções, Teatros e Afins e, na sequência, uma ação permanente de conscientização de empreendedores e clientes de bares e restaurantes para os cuidados com a pandemia.

A ação batizada de “Lazer com Responsabilidade” será conduzida junto com o Sebrae e outras entidades do setor de Turismo, como Abrasel, ABIH, SHRBS, Natal Convention Bureau, Mossoró Convention, Sindetur, Preserve Pipa e Abav).

A ideia é que equipes treinadas pelo Sebrae visitem os principais pólos de bares e restaurantes abordando clientes e empreendedores e distribuindo álcool em gel, máscaras e uma folheteria que ressalta os cuidados a serem tomados nestes estabelecimentos.

As equipes também fixarão adesivos nos locais visitados, destacando que eles receberam a ação e que estão na rota desta conscientização, que deverá ser perene, com reforço nos finais de semana. Já o Plano de Retomada dos Setores de Eventos, Casas de Recepções, Teatros e Afins está sendo elaborado por uma equipe técnica multidisciplinar, liderada pelo Senac e conta com a parceria das federações das Indústrias, dos Transportes, da Agricultura, das CDLs e das Associações Comerciais, além das demais entidades ligadas ao turismo.

Justiça suspende lei que obrigava afixação de cartazes contra lgbtfobia em estabelecimentos do rn – BLOG TULIO LEMOS – Rio Grande do Norte – 18/05/2021

Link	http://blogtuliolemos.com.br/justica-suspende-lei-que-obrigava-afixacao-de-cartazes-contralgbtfobia-em-estabelecimentos-do-rn/
------	---

**JUSTIÇA SUSPENDE
LEI QUE OBRIGAVA
AFIXAÇÃO DE
CARTAZES CONTRA
LGBTFOBIA EM
ESTABELECIMENTOS
DO RN**

O desembargador Cláudio Santos, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN), acatou solicitação de representantes do comércio e suspendeu a lei estadual (10.761), que obrigava estabelecimentos públicos e privados a afixarem cartazes informando que a discriminação em virtude da orientação sexual e identidade de gênero é ilegal.

A decisão liminar de 2ª instância foi assinada em 22 de abril e publicada nesta segunda-feira (17), no Dia Internacional de Luta Contra a LGBTfobia. A suspensão segue para apreciação pela 1ª Câmara Cível do TJRN e ainda cabe recurso.

Assinam o pedido as seguintes entidades: Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (Fiern); Federação das Empresas de Transporte de Passageiros do Nordeste (Fetronor); Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio Grande do Norte (Fecomércio/RN); Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Rio Grande do Norte (Faern), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte (Sebrae/RN), Câmara dos Dirigentes Lojistas de Natal (CDL-Natal) e Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Norte (Facern).

À Justiça, os órgãos argumentaram que a obrigatoriedade de afixar cartazes informativos sobre a criminalização da LGBTfobia em hotéis, restaurantes, bares e similares poderá gerar constrangimentos aos empresários. “Os comerciantes poderão vir a sofrer verdadeira coação moral por parte dos militantes do movimento LGBTIQA+, que, apesar de não serem agentes do governo, poderão forçar os empresários a colocar os cartazes, sob ameaça de realizarem denúncia”, diz trecho do argumento interposto pelas entidades.

Na decisão, o desembargador Cláudio Santos afirmou que a Lei é “desnecessária” e “desproporcional” pois prevê punição em multa de alto valor, pelo descumprimento de uma obrigação que não é do comerciante, qual seja, a divulgação de leis.

Em resposta à suspensão da lei, representantes da comunidade LGBTI+ publicaram um manifesto pela manutenção dos cartazes contra a LGBTfobia nos estabelecimentos do Rio Grande do Norte. A [campanha #FicaCartazLGBT](#) é assinada por 27 grupos.

“Em um país em que mais LGBTs são mortos no mundo, essa decisão judicial se mostra absurda, desnecessária e injusta com uma população que tanto tem seus direitos violados há séculos. A Justiça potiguar, em sua decisão, alega, que esses benditos cartazes acarretam inúmeros transtornos. Quais são esses transtornos que não são sentidos no nosso vizinho Estado da Paraíba, que tem uma lei do mesmo gênero, há anos”, destacou Paulo Silva, do Coletivo LGBT+ Leilane Assunção.

Pelas redes sociais deputada federal Natália Bonavides (PT-RN) classificou a decisão como “absurda”.

Lei 10.761

A Lei 10.761 de agosto de 2020, alvo das entidades, obrigava a colocação de cartazes informativos sobre a existência da Lei 9.036/2007, que proíbe e pune atos de discriminação em virtude de orientação sexual e identidade de gênero em hotéis, motéis, pensões, pousadas; restaurantes, bares, lanchonetes e similares; casas noturnas; clubes e associações, que promovam eventos com entrada paga; agências de viagens; entre outros.

O texto determinava ainda a punição de R\$ 1.000 para os estabelecimentos infratores, com possibilidade de dobrar a multa em caso de reincidência.

QUEBRADEIRA: Quase 72% das empresas de hotelaria do RN estão com débitos tributários devido à Pandemia – BLOG DO BG – Rio Grande do Norte – 18/05/2021

Link	https://www.blogdobg.com.br/quebradeira-quase-72-das-empresas-de-hotelaria-do-rn-estao-com-debitos-tributarios-devido-a-pandemia/
------	---

QUEBRADEIRA: Quase 72% das empresas de hotelaria do RN estão com débitos tributários devido à Pandemia

Os números são duros e alarmantes, mas reais. Exatamente 71,67% das empresas de hotelaria em Natal estão endividadas com relação tributos. Tomando por referência apenas dois tipos de impostos, o débito ultrapassa os 86 milhões de reais. As dívidas imobiliárias somam R\$15,5 milhões e os débitos mercantis passam dos R\$ 71,2 milhões.

Os dados são da própria Secretaria Municipal de Tributação, em resposta à solicitação feita pelo gabinete do vereador Aldo Clemente. Os números refletem de forma fidedigna os dados divulgados recentemente pela Federação do Comércio do Rio Grande do Norte (Fecomércio/RN). Segundo a entidade, o efeito da pandemia no turismo potiguar foi devastador e gerou uma perda de receita que gira em torno de R\$ 1,5 bilhão

“Não pagaram e não é porque estão devedores ou por maldade não, é porque estão quebradas e falidas. As nossas empresas estão no chão e não têm dinheiro nem pra arcar com suas folhas de pagamento. O nosso único suporte tem sido a medida provisória 936 do Governo Federal que tem nos ajudado a pagar o pouco que podemos”, atesta Abdon Gosson, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hoteis do Rio Grande do Norte (ABIH/RN).

QUEBRADEIRA: Quase 72% das empresas de hotelaria do RN estão com débitos tributários devido à pandemia – BLOG DO FM – Rio Grande do Norte – 18/05/2021

Link	https://blog.flaviomarinho.com.br/quebradeira-quase-72-das-empresas-de-hotelaria-do-rn-estao-com-debitos-tributarios-devido-a-pandemia/
------	---

QUEBRADEIRA: Quase 72% das empresas de hotelaria do RN estão com débitos tributários devido à pandemia

Os números são duros e alarmantes, mas reais. Exatamente 71,67% das empresas de hotelaria em Natal estão endividadas com relação tributos. Tomando por referência apenas dois tipos de impostos, o débito ultrapassa os 86 milhões de reais. As dívidas imobiliárias somam R\$15,5 milhões e os débitos mercantis passam dos R\$ 71,2 milhões.

Os dados são da própria Secretaria Municipal de Tributação, em resposta à solicitação feita pelo gabinete do vereador Aldo Clemente. Os números refletem de forma fidedigna os dados divulgados recentemente pela Federação do Comércio do Rio Grande do Norte (Fecomércio/RN). Segundo a entidade, o efeito da pandemia no turismo potiguar foi devastador e gerou uma perda de receita que gira em torno de R\$ 1,5 bilhão

“Não pagaram e não é porque estão devedores ou por maldade não, é porque estão quebradas e falidas. As nossas empresas estão no chão e não têm dinheiro nem pra arcar com suas folhas de pagamento. O nosso único suporte tem sido a medida provisória 936 do Governo Federal que tem nos ajudado a pagar o pouco que podemos”, atesta Abdon Gosson, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hoteis do Rio Grande do Norte (ABIH/RN).

Link	https://www.novonoticias.com.br/quase-72-das-empresas-de-hotelaria-de-natal-tem-debitos-tributarios/
------	---

Quase 72% das empresas de hotelaria de Natal têm débitos tributários

Empresas de hotelaria de Natal somam débitos tributários que somam R\$ 86 milhões. As empresas de hotelaria de Natal somam débitos tributários que somam R\$ 86 milhões. Ao todo, 71,67% dos empreendimentos do setor na capital potiguar tem alguma dívida, segundo dados da Secretaria Municipal de Tributação (Semut).

Ainda de acordo com a pasta, as dívidas imobiliárias somam R\$15,5 milhões e os débitos mercantis passam dos R\$ 71,2 milhões. Os dados foram apresentados após solicitação do gabinete do vereador Aldo Clemente.

Os números refletem de forma fidedigna os dados divulgados recentemente pela Federação do Comércio do Rio Grande do Norte (Fecomércio/RN). Segundo a entidade, o efeito da pandemia no turismo potiguar foi devastador e gerou uma perda de receita que gira em torno de R\$ 1,5 bilhão

“Não pagaram e não é porque estão devedores ou por maldade não, é porque estão quebradas e falidas. As nossas empresas estão no chão e não têm dinheiro nem pra arcar com suas folhas de pagamento. O nosso único suporte tem sido a medida provisória 936 do Governo Federal que tem nos ajudado a pagar o pouco que podemos”, atesta Abdon Gosson, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio Grande do Norte (ABIH/RN).

Link	http://blogtuliolemos.com.br/quase-72-das-empresas-de-hotelaria-de-natal-tem-debitos-tributarios/
------	---

QUASE 72% DAS EMPRESAS DE HOTELARIA DE NATAL TÊM DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

As empresas de hotelaria de Natal somam débitos tributários que somam R\$ 86 milhões. Ao todo, 71,67% dos empreendimentos do setor na capital potiguar tem alguma dívida, segundo dados da Secretaria Municipal de Tributação (Semut).

Ainda de acordo com a pasta, as dívidas imobiliárias somam R\$15,5 milhões e os débitos mercantis passam dos R\$ 71,2 milhões. Os dados foram apresentados após solicitação do gabinete do vereador Aldo Clemente.

Os números refletem de forma fidedigna os dados divulgados recentemente pela Federação do Comércio do Rio Grande do Norte (Fecomércio/RN). Segundo a entidade, o efeito da pandemia no turismo potiguar foi devastador e gerou uma perda de receita que gira em torno de R\$ 1,5 bilhão

“Não pagaram e não é porque estão devedores ou por maldade não, é porque estão quebradas e falidas. As nossas empresas estão no chão e não têm dinheiro nem pra arcar com suas folhas de pagamento. O nosso único suporte tem sido a medida provisória 936 do Governo Federal que tem nos ajudado a pagar o pouco que podemos”, atesta Abdon Gosson, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio Grande do Norte (ABIH/RN).

19/05/2021

Link

<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/economia-va-risco-de-energia-ela-trica-mais-cara/510698>

Economia vê risco de energia elétrica mais cara

« **CRISE** » Equipe econômica avalia que crise energética tem potencial para aumentar inflação e afetar a recuperação econômica este ano

Com os reservatórios de usinas hidrelétricas do Sudeste e Centro-Oeste em baixa, o aumento do custo de energia e o possível impacto na inflação entraram no radar da equipe econômica. Ontem, o secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, disse que o risco hidrológico pode afetar tanto os preços como a recuperação da economia em 2021. "Hoje estamos na bandeira vermelha 1 (nas contas de luz). Se ele insistir e piorar, podemos ir para a bandeira vermelha 2. Então há um risco na inflação", afirmou.

Sachsida lembrou que o País corre esse risco hidrológico apesar de dez anos de crescimento baixo da economia. "Isso mostra que temos um problema não apenas conjuntural, de chuvas, mas que temos um problema estrutural também. Isso reforça a importância do processo de concessões e privatizações, e de marcos legais mais eficientes", completou.



MARCELLO CASAL JR

Secretário de Política Econômica acredita que privatizações vão evitar novas crises energéticas

nômica e espera agora uma alta de 3,50% no Produto Interno Bruto (PIB) neste ano, de 3,20%

novos dados da atividade econômica. "Dados importantes foram divulgados pela Receita Federal,

marginem de 1,5 ponto (2,00% a 5,00%).

O Ministério da Economia

O governo divulgou novas projeções para a economia e a inflação neste e nos próximos anos. Em relação à inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2021. De acordo com a nova grade de parâmetros macroeconômicos da pasta, a estimativa para a alta de preços neste ano passou de 4,42% para 5,05%. Para 2022, a projeção permaneceu em 3,50%.

No último relatório Focus, os analistas de mercado consultados pelo Banco Central estimaram que o IPCA deve acumular alta de 5,15% em 2021 e de 3,64% em 2022.

O Ministério da Economia revisou também para cima sua previsão para a atividade eco-

estimado no Boletim Macroeconômico de março.

Para 2022, a estimativa de alta no PIB permaneceu em 2,50%. O ministério manteve ainda as projeções de crescimento da economia de 2023, 2024 e 2025 - todas também em 2,50%. "Essa é uma projeção conservadora. Vários analistas de mercado estão projetando crescimento acima de 4,0% para o PIB deste ano. A nossa estimativa é conservadora, mas reflete o bom momento que estamos vivendo no lado econômico", afirmou Sachsida.

O secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Bruno Funchal, afirmou que a nova projeção da pasta para a evolução do PIB reflete os

com reflexo no resultado do Governo Central. No mês passado mostramos um superávit primário no primeiro trimestre, reflexo de uma retomada da economia, com mais receita. Os primeiros quatro meses de arrecadação dos Estados mostram um crescimento de mais de 15%, alguns Estados com alta de mais de 30% (no recolhimento) de ICMS", destacou.

Meta

Todas as projeções para a inflação em 2021 estão bem acima do centro da meta deste ano, de 3,75%, que tem uma margem de tolerância de 1,5 ponto percentual (índice de 2,25% a 5,25%). No caso de 2022, a meta é de 3,50%, com

também atualizou a projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) - utilizado para a correção do salário mínimo. De acordo com a nova grade de parâmetros macroeconômicos da pasta, a estimativa para a alta do indicador neste ano passou de 4,27% para 5,05%.

Já a estimativa da Economia para a alta do IGP-DI em 2021 deu um salto de 5,06% para 15,21%. Para o próximo ano, a projeção passou de 3,57% para 4,26%.

O subsecretário de Política Macroeconômica do Ministério da Economia, Fausto Vieira, explicou que, no caso específico do IGP-DI, pesou o preço das commodities.

Araújo implica Pazuello no atraso da vacinação – ESTADÃO – São Paulo – 19/05/2021

CPI. Ex-chanceler responsabiliza pasta da Saúde por estratégia de imunização, na véspera de depoimento do ex-ministro, e diz que Bolsonaro envolveu Itamaraty na busca por cloroquina

Araújo implica Pazuello no atraso da vacinação

GAIBELA MELLO/ESTADÃO



Ex-chanceler. Araújo, durante depoimento de mais de sete horas à CPI, falou sobre atuação do Itamaraty na pandemia

Em depoimento à CPI da Covid, o ex-chanceler Ernesto Araújo jogou no Ministério da Saúde a responsabilidade sobre a estratégia para obtenção de vacinas contra o coronavírus. Na véspera do interrogatório do ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello à comissão, marcado para hoje, Araújo acabou implicando o general no agravamento da crise que culminou com a escassez de imunizantes. Além disso, envolveu diretamente o presidente Jair Bolsonaro na decisão de mobilizar o Itamaraty para a busca de medicamentos sem eficácia comprovada, como a cloroquina fabricada na Índia e um spray nasal em Israel.

O ex-chanceler disse que o Itamaraty servia apenas como executor de solicitações da Saúde por vacinas, equipamentos hospitalares e insumos farmacêuticos. “A linha seguida pelo Itamaraty foi sempre de atuar a partir daquilo que era requerido, basicamente, pelo Ministério da Saúde”, afirmou o ex-ministro das Relações Exteriores.

Questionado durante sete horas por senadores, Araújo muitas vezes optou por respostas evasivas e foi chamado de “mentiroso” e “omisso”. Impassível, fez questão de destacar que foi de Pazuello, ainda, a decisão de entrar tardiamente na Covax Facility, consórcio da Organização Mundial da Saúde (OMS) para distribuição de vacinas. A

reserva de doses foi para apenas 10% da população, quando havia possibilidade de um pedido bem maior, de até 50%. Araújo negou ter sido contra o ingresso do País no consórcio. “Foi uma decisão do Ministério da Saúde, dentro da sua estratégia de vacinação”, insistiu ele.

Para senadores da CPI, o depoimento de Araújo deixa Pazuello em situação delicada. “Ele enfatizou que todas as iniciativas da política externa aconteceram em função de decisões e influência do Ministério da Saúde, à exceção da importação de cloroquina, porque ele discutiu com o presidente, e da viagem a Israel. Ao dizer isso ele transfere o ônus da responsabilidade ao ex-ministro Pazuello, diretamente, sem subterfúgios”, disse o relator, Renan Calheiros (MDB-AL).

Na avaliação do vice-presidente da CPI, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Pazuello foi abandonado pelo Palácio do Planalto. “O que está sendo feito pelo governo com o senhor Pazuello é um ato de covardia. Está sendo entregue aos leões para ser o bode expiatório e pagar o preço sozinho. A pergunta a ele será: O senhor foi o único responsável por tudo isso?”, adiantou Randolfe.

Corrida. À CPI, Araújo confirmou que o Itamaraty trocou mensagens com a embaixada em Nova Délhi, como mostrou a *Folha de S. Paulo*, para tentar viabilizar a importação de cloro-

● **‘Rumo ao caos’**
“O senhor foi uma bússola que nos direcionou para o caos, para um iceberg, para um naufrágio.”

Kátia Abreu
(Progressistas-TO)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES DO SENADO

quina. Disse, ainda, que Bolsonaro também pediu uma conversa por telefone com o premiê indiano Narendra Modi. “Houve uma grande corrida aos insumos para hidroxicloroquina e baixou precipitadamente o estoque de cloroquina. (...) O Ministério da Saúde foi quem nos pediu que procurasse viabilizar essa importação”, declarou o ex-chanceler, mais uma vez apontando o dedo para Pazuello.

Renan quis saber se houve participação de Bolsonaro nessa decisão. “Sim”, respondeu o ex-chanceler. A viagem que a comitiva brasileira fez em março para Israel, com o objetivo de conhecer o spray nasal contra covid, foi planejada, segundo Araújo, após um telefonema entre o presidente e o premiê israelense, Benjamin Netanyahu.

Dez integrantes do governo foram para Israel, mas a missão foi um fracasso e não houve acordo. O spray havia sido classificado por Bolsonaro como “milagroso”, apesar de estar em fase de testes.

Pressionado por senadores, como Kátia Abreu (Progressistas-TO), Araújo afirmou que nas reuniões ministeriais a compra de vacinas contra covid não era discutida de forma específica. “Com exceção (da reunião) de março ou fim de fevereiro. Foi a reunião onde o presidente disse ‘sim, quero falar com o presidente da Pfizer’”, relatou. Na semana passada, o presidente da Pfizer na América Latina, Carlos Murillo, disse que a empresa enviou carta a Bolsonaro em setembro de 2020.

Críticas. “O senhor foi uma bússola que nos direcionou para o caos, para um iceberg, para um naufrágio”, criticou Kátia Abreu, que chamou o ex-chanceler de “negacionista compulsivo”.

Por diversas vezes Araújo negou embates públicos com a China e disse nunca ter proferido frases de cunho preconceituoso ou declarações “antichinesas” (*mais informações na pág. A8*). O clima esquentou na CPI. “Dizer que o senhor nunca se indispôs com a China... O senhor está faltando com a verdade”, protestou o presidente da CPI, Omar Aziz (PSD-AM). “O senhor falou em ‘comunavírus’. Até bateu boca com o embaixador chinês”, emendou o senador. / COLABOROU AMANDA PUPO

Com falta de vacina, triplica nº de pessoas com 2ª dose atrasada
Pág. A18

Depoimento tem inverdades sobre China

Araújo nega ter feito 'declarações antichinesas', embora já tenha usado o termo 'comunavírus', e faz alegação falsa sobre vacina da Índia

ESTADÃO VERIFICA

Em depoimento ontem na CPI da Covid, o ex-ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo fez alegações falsas sobre a relação do Brasil com a China sob sua gestão no Itamaraty e sobre a vacinação no País. A seguir, a checagem feita pelo *Estadão Verifica* das declarações do ex-chanceler aos senadores.

China. Araújo negou ter feito qualquer "declaração antichinesa" durante sua passagem pelo ministério, o que é falso. Em

abril do ano passado, por exemplo, o então chanceler publicou em seu blog um texto intitulado "Chegou o comunavírus" – termo pejorativo usado para associar a origem geográfica do novo coronavírus ao regime vigente na China. No texto, ele fala em um "jogo comunista-globalista de apropriação da pandemia", que, segundo ele, teria como objetivo "subverter completamente a democracia liberal e a economia de mercado, escravizar o ser humano e transformá-lo em um autômato desprovido de dimensão espiritual, facilmente controlável".

Embaixador. "Jamais provo-

quei nenhum atrito com a China", disse o ex-ministro, em outra alegação falsa. Em março do ano passado, Araújo entrou em atrito com o embaixador da China no Brasil, Yang Wanming. Na ocasião, o então chanceler saiu em defesa do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) após o filho do presidente Jair Bolsonaro compartilhar uma mensagem no Twitter que culpava o país asiático pela pandemia de covid-19.

"A parte chinesa repudia veementemente as suas palavras, e exige que peça desculpa ao povo chinês. Vou manifestar nossa indignação junto ao Itamaraty", reagiu o embaixador.

Araújo considerou que a postura da China feriu "a boa prática diplomática" e pediu retratação por parte de Wanming.

Vacina. O ex-chanceler declarou que o Brasil "foi o primeiro país a receber vacinas da Índia". Trata-se de outra inverdade, já que, em janeiro, a Índia anunciou que exportaria material para a produção de imunizantes para seis países – o Brasil não estava nesse grupo. Segundo comunicado do dia 19 daquele mês, o Ministério das Relações Exteriores da Índia disse que receberiam insumos Búria, Maldivas, Bangladesh, Nepal, Mianmar e o arquipélago de Seychel-

● **'Pesadelo'**
"O medo do coronavírus"

Nos faz despertar novamente para o pesadelo comunista."

Ernesto Araújo
EX-CHANCELER NO TEXTO 'CHEGOU O COMUNAVÍRUS' PUBLICADO EM 2020

les. Na época, o Brasil tentava importar vacinas da Índia, mas as negociações "travaram", conforme informação do então ministro da Saúde, Eduardo Pazuello. O Brasil chegou a preparar um avião para buscar dois milhões de doses, mas não recebeu um "ok" do lado indiano.

Consórcio. "Jamais fui contra (o consórcio)", o Itamaraty esteve atento desde abril de 2020.

Assim que o Covax tomou forma, em julho, assinei carta dizendo que o Brasil tinha interesse em entrar", afirmou Araújo.

A primeira reunião da OMS para criação do Covax Facility ocorreu, de fato, em abril de 2020, mas o Brasil não participou dessa tratativa inicial. No fim de agosto, a OMS anunciou que o Brasil havia manifestado interesse em aderir.

Procurado, Araújo não respondeu a reportagem até a conclusão desta edição. /

ALESSANDRA MONNERAT, VICTOR PINHEIRO e BIANCA GOMES

19/05/2021



Pressão. O ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello; além de ser alvo de relatório do TCU, general será ouvido hoje na CPI da Covid no Senado

TCU pode punir Pazuello por 'omissões graves' na pandemia

Tribunal retoma hoje julgamento de auditoria que indicou falhas do ex-ministro da Saúde no combate ao coronavírus

Vinícius Volfré/BRASÍLIA

O ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello presta depoimento à CPI da Covid, hoje, sob pressão dupla. Enquanto enfrenta a artilharia de perguntas dos senadores, no Tribunal de Contas da União (TCU) os ministros retomam o julgamento de uma auditoria que já sinalizou "omissões graves" da gestão do general no combate à pandemia. O relatório conta com o apoio de quatro ministros, que tentam começar mais um colega para garantir sua aprovação.

O relatório técnico em análise pelo TCU traz o mais duro diagnóstico até aqui acerca do trabalho do ex-ministro no en-

frentamento à doença que matou mais de 439 mil pessoas no Brasil. O relator da CPI da Covid, senador Renan Calheiros (MDB-AL), chegou a classificar o documento como um bom "roteiro" para a comissão. A eventual aprovação do relatório pelo tribunal, além de alimentar a CPI no Senado, poderá resultar em abertura de processo específico para apurar a conduta de Pazuello.

Como consequência, em processos dessa natureza, o TCU pode definir a cobrança de multas, decretar a indisponibilidade de bens e proibir os investigados de exercerem funções de confiança no serviço público.

Entre as constatações que vieram à tona pela área técnica do tribunal está a de que ações tomadas pela gestão de Pazuello buscaram, ao invés de ampliar, retirar responsabilidades do governo federal sobre o gerenciamento de estoques de medicamentos, insumos e testes.

• Auditoria
"Surpreende que o Brasil tenha implantado como estratégia esperar que os cidadãos com sintomas procurem os serviços de saúde, sem estabelecer qualquer meta."

TRECHO DO RELATÓRIO DO TCU

Para o TCU, a maneira como o general conduziu o ministério afetou a resposta do sistema de saúde ao novo coronavírus.

Relatório da auditoria aponta ainda falhas na comunicação com a população sobre o vírus, na assistência farmacêutica prestada pelo ministério e na testagem. "Surpreende que o Brasil tenha implantado como estratégia esperar que os cidadãos com sintomas procurem os serviços de saúde e realizem um teste de detecção da doença, sem estabelecer qualquer meta, ação ou objetivo de acordo com

os resultados", diz o texto.

Primeiros a votar pela aprovação da auditoria, os ministros Benjamin Zymler (relator) e Bruno Dantas fizeram duras considerações a respeito de Pazuello e indicaram a tendência de nova derrota do governo no tribunal. Dantas viu motivos para "condenações severas" e disse que a gestão do ex-ministro "envergonha".

Os ministros Augusto Nardes e Jorge Oliveira – indicado por Jair Bolsonaro para o cargo – pediram vista (mais tempo para apreciação do caso). O prazo chegou ao fim e o relatório volta à pauta hoje. O **Estadão** apurou que membros do TCU mais alinhados com o presidente da República vão propor a abertura de investigações sobre repasses a Estados e municípios. Entre eles, prevalece a ideia de que é fundamental trazer para o foco da fiscalização o caminho que o dinheiro da saúde percorreu ao sair de Brasília. A estratégia tem paralelo com a ampliação do escopo da CPI para apurações contra governadores e prefeitos.

A expectativa de autoridades que acompanham o caso é a de que o julgamento terá novos pedidos de prazo e não será concluído esta semana.

• Agressão
O deputado bolsonarista Diego Garcia (Podemos-PR) agrediu ontem o colega Paulo Teixeira (PT-SP) em reunião que debatia sobre o uso medicinal de cannabis.

BASTIDORES: *Andrezza Matsui*

'Um manda, outro obedece' leva Bolsonaro à CPI

Se adotar a estratégia do silêncio ou das meias-palavras na CPI da Covid, o general Eduardo Pazuello passará a bola, inevitavelmente, para o presidente Jair Bolsonaro. O gesto do ex-ministro da Saúde de não colaborar com a comissão e não falar pode ser interpretado, sob certo ângulo, também como postura de alguém que rejeita defender o presidente. Nesse caso, o oficial da ativa se comportará em benefício de sua própria sobrevivência e não em prol de um governo.

É uma mensagem que o próprio general e toda a equipe de estrategistas do Planalto não conseguem controlar. Talvez que deixar uma pergunta sem resposta e selecionar o que pretende rebater, Pazuello demonstrará que não tem nada a falar, pois, como deixou claro, algumas vezes apenas cumpriu ordens. Logo, quem tem de prestar contas aos senadores e ao País é seu ex-chefe no governo e atual chefe militar, o presidente da República.

O governo arrou oficialmente para garantir o silêncio de Pazuello. A pedido da Advocacia-Geral da União, o Supremo concedeu habeas corpus para o general não responder a perguntas que possam levantar provas contra ele. Em suma, Pazuello não sairá preso do Senado.

Se optar mesmo por não falar, o general forçará a lembrança de uma frase decisiva que disse em outubro. Numa "live" ao lado de Bolsonaro, ele foi direto ao ponto: "É simples assim: um manda e o outro obedece". Era uma reação à atitude do presidente de desautorizá-lo ao mandar cancelar a compra de doses da Coronavac. A frase, que entrou para o anedotário, é o que pode agora salvar o general. Ele tem um álibi: o presidente.

A estratégia do silêncio pode trazer consequências históricas também para a caserna. Por ser um general da ativa, Pazuello preparará nas Forças Armadas a imagem de uma instituição que não tinha resposta, no calor da hora, à denúncia grave de ter colaborado para uma política desastrosa de governo no combate à doença. Até a noite de ontem, o vírus tinha matado 439.379 brasileiros.

19/05/2021

Instituto prevê retorno do País a 3 mil mortes/dia ainda este mês

Brasil pode chegar a 973 mil mortes por covid-19 até setembro, conforme as previsões de universidade americana

Mariana Hallal

O Brasil deve ter um novo aumento de mortes por covid-19 nos próximos dias, voltando ao patamar dos 3 mil mortos por dia, e, no pior dos cenários, registrará 973 mil óbitos relacionados à doença até setembro. Os dados são de uma projeção feita pelo Instituto Para Métricas de Saúde e Avaliação (IHME), da Universidade de Washington (EUA).

O instituto trabalha com três hipóteses. Na projeção mais otimista, os pesquisadores consideram que 95% da população usará máscaras de proteção contra a covid. Em outra, que eles chamam de projeção atual, é esperado que o ritmo de vacina-

ção seja mantido e a variante B.1.1.7 continue se espalhando em certos locais. No pior dos cenários, com o maior número de mortes, eles consideram que as pessoas já vacinadas vão abandonar a prevenção à covid.

Nas três conjunturas, o IHME projeta que o Brasil voltará a registrar 3 mil mortes diárias no dia 31 de maio. Na projeção atual e no cenário mais otimista, o novo pico de óbitos seria no início de junho, com cerca de 3,1 mil mortes por dia. Nessas duas hipóteses o número diário de mortes começaria a cair no dia 6 de junho e alcançaria entre

• **Com atrasos**

“As vacinas vão chegando aos poucos, os cronogramas estão atrasando. Isso torna a situação muito imprevisível e lamentável.”

Roberto Kraenkel
PROFESSOR DO IFT-UNESP

200 (mais otimista) e 480 óbitos (projeção atual) por dia no início de setembro.

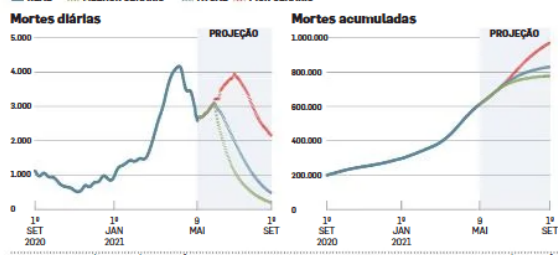
No pior cenário, aquele em que os vacinados deixam de lado a prevenção à covid, o pico aconteceria no início do inverno, em 6 de julho, com quase 4 mil mortes. O número é o dobro do projetado no cenário intermediário (1,9 mil) e quase quatro vezes mais do que as mortes previstas na hipótese otimista (1,1 mil). Nessa conjuntura, o País ainda estaria no patamar das 2 mil mortes diárias no início de setembro.

O instituto também projeta o total de mortes que o País pode alcançar em cada uma das hipóteses formuladas. No cenário mais pessimista, o Brasil pode ter 973 mil mortes até o início de setembro. A previsão atual é para 832 mil mortes no período e a análise mais otimista prevê 779 mil mortes. A diferença entre as projeções reforça a importância das medidas de prevenção ao coronavírus. Se pelo me-

PROJEÇÃO

• Universidade de Washington elaborou previsões sobre o cenário da pandemia no Brasil

— REAL — MELHOR CENÁRIO — ATUAL — PIOR CENÁRIO



Fonte: Instituto Para Métricas de Saúde e Avaliação (IHME), da Universidade de Washington

Infographic/Estadão

nos 95% dos brasileiros usarem máscara adequadamente, cerca de 200 mil vidas poderão ser poupadas em pouco mais de três meses, segundo o IHME.

Repercussão. A epidemiologista Ethel Maciel, professora da Federal do Espírito Santo (UFES), diz que o uso de máscaras, o distanciamento físico e a higienização das mãos são funda-

mentais neste momento. “Nós ainda estamos com o número de casos muito alto. Há muitas pessoas infectadas circulando pelas cidades e muitas nem sabem que carregam o vírus.” Já para Roberto Kraenkel, professor do Instituto de Física Teórica da Universidade Estadual Paulista (IFT-Unesp), é difícil projetar os rumos da covid-19 no País. “A epidemia no Bra-

sil é composta por muitas epidemias ao mesmo tempo.” Ele lembra que não há um plano nacional de combate à pandemia. Cada Estado precisou montar o próprio planejamento e os governadores determinam quando se deve fechar ou não as atividades. “As políticas públicas brasileiras têm sido reativas. O curso da epidemia depende de mais das medidas de restrição.”

'Gigantes do asfalto'. Programa tem ações voltadas para melhoria de infraestrutura rodoviária, serviços de apoio aos motoristas e financiamento com juro mais baixo; categoria faz ameaças constantes de greve, mas maior queixa, o preço dos combustíveis, é ignorada

Governo lança pacote de benefícios para caminhoneiros; diesel fica de fora

André Borges
Ídiana Tomazelli
Isadora Duarte | BRASÍLIA

Preocupado com movimentos grevistas e as constantes ameaças de paralisações feitas por caminhoneiros, o governo decidiu lançar um pacote de medidas com agrados aos trabalhadores, mas não tomou nenhuma medida efetiva contra aquilo que é a principal reclamação do setor: o alto preço do diesel.

Um decreto assinado ontem pelo presidente Jair Bolsonaro criou o programa batizado de Gigantes do Asfalto. Neste estão previstas ações voltadas para melhoria de infraestrutura rodoviária, regulação e serviços de apoio ao caminhoneiro, financiamento da Caixa com juros mais baixos e ações para melhoria de qualidade de vida.

Uma das principais apostas do governo para os caminhoneiros autônomos, ou seja, aqueles que trabalham para si e não co-



Protesto. Manifestação de caminhoneiros no início do mês de março em São Paulo, ameaças constantes de paralisações

MP de trânsito também ajuda

Uma mudança prevista na medida provisória do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) editada pelo governo prevê que, em situações em que o caminhão seja retido pela Polícia Rodoviária devido a alguma irregularidade, mas não seja possível sanar o problema no local, o carro poderá ser liberado. O documento será recolhido e, com a regularização em prazo inferior a 15 dias, será devolvido.

O governo também aumentou o limite na pesagem por eixo do caminhão, além de extinguir a tolerância de peso por eixo para caminhões com peso bruto total inferior a 50 toneladas. Isso faz com que o caminhoneiro que carrega o caminhão dentro desse limite não seja mais punido por não conseguir aferir o peso no momento do carregamento.

mo funcionários de empresas, é o chamado Documento Eletrônico de Transportes (DT-E), um recurso que poderá ser usado pelo celular do motorista. Com essa medida, o governo espera eliminar intermediários, como despachantes e empresas de transportes, que chegam a tomar 40% da renda do autônomo. A ideia é que o próprio caminhoneiro consiga prestar uma série de serviços diretamente, e de forma oficial e regularizada.

Sobre acesso a recursos, a Caixa lançou uma carteira de produtos dedicados aos caminhoneiros, como financiamentos para compra e manutenção dos veículos, por exemplo. As linhas servirão ao crédito pessoal, à renegociação de dívidas e, mais adiante, à antecipação dos recebíveis dos caminhoneiros. Nessa antecipação, o objetivo é baratear o custo dessas operações. Hoje, os profissionais da área acabam antecipando os ganhos com o frete fora do sistema financeiro nacional (em postos de gasolina, por exemplo), a taxas muito elevadas, o que drena boa parte da sua renda.

Crédito pessoal. O banco também vai oferecer condições especiais para crédito pessoal, com taxa de juros de 3,01% até 3,70% ao mês, carência de até 60 dias para o pagamento da primeira parcela e prazo de até 60 meses para quitar o contrato. Caso o trabalhador tenha imó-

lem pontos de descanso.

Neste ano, o governo detectou uma série de movimentações de lideranças de caminhoneiros chamando trabalhadores para greves. A classe, que apoiou em peso a eleição de Jair Bolsonaro, tem cobrado medidas efetivas para conter o aumento explosivo do diesel, enquanto não há o mesmo repasse em relação ao frete que cobram.

Em fevereiro, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, disse ao Estadão que era preciso "ajudar o caminhoneiro a lidar de melhor forma com essa competição", atendendo o setor com "agenda de simplificação, eliminação de intermediário e acesso a crédito".

'Se sair do papel.' O presidente da Associação Brasileira dos Condutores de Veículos Automotores (Abrava), Wallace Landim, avalia que, se as ações propostas pelo governo no projeto forem viabilizadas, terão resultado imediato. "Se o pacote realmente sair do papel será um grande avanço para a categoria, com benefícios imediatos. Vamos a iniciativa com bons olhos", disse Landim, conhecido como Chorão, ao Estadão/Broadcast.

Com as linhas de crédito e as medidas de simplificação, o governo centra esforços em frentes que não dependem de espaço fiscal – que hoje inexistem.

COMPAQ

Nos unimos com

A Positivo Tecnologia e a Compaq trazem um novo

vel, isso poderá ser usado como garantia na obtenção de um financiamento de até 60% do valor do bem. A taxa de juros varia de 0,60% a 1,10% ao mês, com 180 meses para pagar.

- A Caixa ainda vai oferecer condições diferenciadas de renegociação, com parcelamento de dívidas comerciais em até 96 meses, taxa de juros a partir de 1,14% e descontos de até 90% para liquidação de dívidas com atraso superior a 360 dias.

- Na área de melhoria de infraestrutura, o governo estima a injeção de R\$ 9,7 bilhões em mais de 200 obras, como construção de terceira faixa de rodovia e pesagem dinâmica dos caminhões, com uso de tecnologia. A expectativa é que, nessas ações, sejam criados mais de 90 mil empregos diretos e indiretos. Estão previstas exigências, em novas concessões de rodovias, para que as empresas insta-

No início de março, o governo zerou por dois meses as alíquotas de PIS/Cofins sobre o diesel para conter a insatisfação dos caminhoneiros com o preço dos combustíveis. Para isso, elevou a tributação de bancos e extinguiu um regime especial da indústria química.

No início do ano, o diesel teve reajustes sucessivos na esteira da valorização do dólar e dos preços internacionais do petróleo, daí a pressão dos caminhoneiros. Além da benesse tributária, o episódio culminou na demissão do então presidente da Petrobrás Roberto Castello Branco, substituído por um militar, o general da reserva Joaquim Silva e Luna.

Análise: Programa reflete lógica política
Pág. B3

um propósito:
tecnologia para
impulsionar vidas.

Compaq trazem um novo momento da marca para você.

Com ainda mais inovação, agilidade e qualidade. Para quem precisa de soluções na medida das suas necessidades.

Com você, para você.

Acesse compaq.com.br e saiba mais.

Fabricado e vendido pela Positivo Tecnologia S.A. sob licença da HP Inc.
© 2011 Positivo Tecnologia S.A. Todos os direitos reservados. Produto beneficiado pela legislação de Informática.
Imagem meramente ilustrativa. R01221

POSITIVO
TECNOLOGIA

Economia vê risco de energia mais cara

Com pouca chuva e níveis baixos dos reservatórios, ministério admite que preço da eletricidade pode subir e puxar a inflação para cima

Lorena Rodrigues
Eduardo Rodrigues / BRASILIA

Com os reservatórios de usinas hidrelétricas do Sudeste e Centro-Oeste em baixa, o aumento do custo de energia e o possível impacto na inflação entraram no radar da equipe econômica. Ontem, o secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, disse que o risco hidrológico pode afetar tanto os preços como a recuperação da economia em

2021. "Hoje estamos na bandeira vermelha 1 (nas contas de luz). Se ele insistir e piorar, podemos ir para a bandeira vermelha 2. Então há um risco na inflação", afirmou.

Sachsida lembrou que o País corre esse risco hidrológico apesar de dez anos de crescimento baixo da economia. "Isso mostra que temos um problema não apenas conjuntural, de chuvas, mas que temos um problema estrutural também. Isso reforça a importância do processo de concessões e priva-



Cenário. Temos um problema estrutural, diz Sachsida

tizações, e de marcos legais mais eficientes", completou.

O governo divulgou novas projeções para a economia e a inflação neste e nos próximos anos. Em relação à inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2021. De acordo com a nova grade de parâmetros macroeconômicos da pasta, a estimativa para a alta de preços neste ano passou de 4,42% para 5,05%. Para 2022, a projeção permaneceu em 3,50%.

No último relatório Focus, os analistas de mercado consultados pelo Banco Central estimaram que o IPCA deve acumular alta de 5,15% em 2021 e de 3,64% em 2022.

O Ministério da Economia revisou também para cima sua previsão para a atividade econômica e espera agora uma alta de 3,50% no Produto Interno Bruto (PIB) neste ano, de 2,20% estimado no Boletim Macroeconômico de março.

Para 2022, a estimativa de alta no PIB permaneceu em 2,50%. O ministério manteve ainda as projeções de crescimento da economia de 2023, 2024 e 2025 – todas também em 2,50%. "Essa é uma projeção conservadora. Vários analistas de mercado estão projetando crescimento acima de 4,0% para o PIB deste ano. A nossa estimativa é conservadora, mas reflete o bom momento que estamos vivendo no lado econômico", afirmou Sachsida.

O secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Bruno Funchal, afirmou que a nova projeção da pasta para a evolução do PIB reflete

os novos dados da atividade econômica. "Dados importantes foram divulgados pela Receita Federal, com reflexo no resultado do Governo Central. No mês passado mostramos um superávit primário no primeiro trimestre, reflexo de uma retomada da economia, com mais receita. Os primeiros quatro meses de arrecadação dos Estados mostram um crescimento de mais de 15%, alguns Estados com alta de mais de 30% (no recolhimento) de ICMS", destacou.

Meta. Todas as projeções para a inflação em 2021 estão bem acima do centro da meta deste ano, de 3,75%, que tem uma margem de tolerância de 1,5 ponto porcentual (índice de 2,25% a 5,25%). No caso de 2022, a meta é de 3,50%, com margem de 1,5 ponto (2,00% a 5,00%).

O Ministério da Economia também atualizou a projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) – utilizado para a correção do salário mínimo. De acordo com a nova grade de parâmetros macroeconômicos da pasta, a estimativa para a alta do indicador neste ano passou de 4,27% para 5,05%.

Já a estimativa da Economia para a alta do IGP-DI em 2021 deu um salto de 5,06% para 15,21%. Para o próximo ano, a projeção passou de 3,57% para 4,26%.

O subsecretário de Política Macroeconômica do Ministério da Economia, Fausto Vieira, explicou que, no caso específico do IGP-DI, pesou o preço das commodities.

Paulo – 19/05/2021

De saída. Valor do negócio ficou bem abaixo da quantia de R\$ 1 bilhão que a dona dos postos Ipiranga havia desembolsado pelo ativo há sete anos; com a aquisição, Pague Menos passará a ser vice-líder em farmácias em total de lojas, atrás apenas da gigante Raia Drogasil

Grupo Ultra vende a rede Extrafarma à Pague Menos por R\$ 700 milhões

O Grupo Ultra fechou ontem a venda da rede de farmácias Extrafarma para a Pague Menos. A operação será de R\$ 700 milhões. Com o acordo, a cearense Pague Menos passará a ser a segunda maior rede de farmácias do País, com 1,5 mil lojas, atrás da gigante Raia Drogasil (2,3 mil), mas à frente da DPSP, que reúne as drogarias Pacheco e São Paulo e tem hoje 950 pontos de venda no País.

O pagamento do negócio será em três parcelas: 50% na data de fechamento e 25% em cada aniversário de um e de dois anos do contrato. A conclusão do negócio está sujeita a determinadas condições usuais, incluindo aprovação pelas autoridades concorrenciais e por assembleia geral de acionistas da Pague Menos. O principal papel 9,52% no pregão de ontem da B3, a Bolsa paulista, fechando o dia cotado a R\$ 11,75.

O presidente da Pague Menos, Mario Queirós, disse ontem à noite, em teleconferência com investidores, que as sinergias de custo com a incorporação podem trazer R\$ 60 milhões em receita bruta ao novo negócio. O executivo afirmou

que, com a soma dos centros de distribuição e das lojas das duas empresas, a distância entre os pontos de venda e de abastecimento será reduzida em cerca de 45% – um outro fator que ajuda a reduzir gastos.

Um movimento de aquisição da Pague Menos era aguardado desde a oferta de ações (IPO, na sigla em inglês), feita pela varejista em agosto do ano passado. Na ocasião, a Pague Menos levantou R\$ 7,47 milhões.

De acordo com fontes, a Pague Menos pode levantar mais capital por meio de uma nova oferta de ações (follow-on) mais adiante, para continuar investindo na ampliação de sua rede. No entanto, nada está decidido até o momento. O foco agora é concretizar a operação.

“Com a aquisição, voltamos aos dois dígitos de crescimento orgânico e por aquisições”, disse Queirós.

Mudança de estratégia. A venda foi concretizada, segundo fontes, porque o Ultra percebeu o quanto é difícil fazer uma operação de varejo decolar em um grupo que não tem a área como negócio principal. A aquisição da Extrafarma, concretiza-



Musculatura. Ao incorporar a rede Extrafarma, Pague Menos passará a ter 1,5 mil lojas

de fazer a expansão para outras regiões, mas o negócio nunca ganhou tração.

A dona do Ipiranga não foi o primeiro grupo a se dar mal com a aquisição de uma rede de farmácias. O caso “clássico” de fracasso no setor é o do BTG Pactual, que comprou várias redes de farmácias e as uniu sob o guarda-chuva Brasil Pharma.

de fazer a expansão para outras regiões, mas o negócio nunca ganhou tração.

A dona do Ipiranga não foi o primeiro grupo a se dar mal com a aquisição de uma rede de farmácias. O caso “clássico” de fracasso no setor é o do BTG Pactual, que comprou várias redes de farmácias e as uniu sob o guarda-chuva Brasil Pharma.

● **Mais forte**
R\$ 11,75
foi o valor de fechamento da ação da Pague Menos, ontem

9,52%
foi a alta do papel no pregão

Esses ativos acabaram sendo vendidos aos poucos, até que o grupo todo foi passado adiante por valor simbólico, de R\$ 1. Mais tarde, em 2019, o negócio foi à falência. “Não chega a ser uma nova Brasil Pharma, mas foi um negócio ruim para o Grupo Ultra”, definiu uma fonte de um banco de investimento.

“O Ultra havia pago caro pelo negócio anos atrás e está vendendo muito mais barato, mas os R\$ 600 milhões serão importantes para a reorganização do grupo”, disse Ilan Arbetman, analista da Ativa Investimentos. “A opção pela entrada no varejo, em 2014, não foi uma boa escolha. Evidentemente, a sinergia da Extrafarma com a Pague Menos será muito maior do que a que vimos nos últimos anos com o grupo Ultra.”

Agora, o objetivo do Ultra é tanto que está na disputa por refinarias que serão vendidas pela Petrobrás. Para financiar esse novo objetivo, está no forno também a venda da Oxiteno, do setor químico com unidades no Brasil, no México, nos Estados Unidos e no Uruguai. / TALITA NASCIMENTO, WAGNER GOMES e DANIELE MADUREIRA, ESPECIAL PARA O ESTADÃO

São Paulo – 19/05/2021



O ex-ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo depõe à CPI da Covid no Senado. Evaristo Sá/AFIP

Ernesto confirma à CPI ação de Bolsonaro por compra de cloroquina

Ex-ministro das Relações Exteriores dissimula sobre suas agressões à China em depoimento nesta terça-feira à CPI da Covid no Senado

BRASÍLIA Em depoimento à CPI da Covid no Senado nesta terça (18), o ex-chanceler Ernesto Araújo confirmou que mobilizou o Ministério das Relações Exteriores para a compra da hidroxicloroquina e afirmou que o processo contou com a atuação do presidente Jair Bolsonaro.

Ernesto também dissimulou sobre seus atritos com a China, país fornecedor de matéria-prima para a fabricação de vacinas, e os ataques que ele próprio desferiu ao país.

Nesse momento do depoimento ele foi repreendido pelo presidente da CPI, senador Omar Aziz (PSD-AM), que afirmou que o ex-chanceler estava "faltando com a verdade".

O relator, Renan Calheiros (MDB-AL), avaliou o depoimento como esclarecedor.

Entre outros pontos, o senador destacou que o ex-chanceler atribuiu ao ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello a decisão do governo de pedir um número de vacinas suficiente para vacinar 10% da população brasileira no lugar de 50% a que o Brasil tinha direito no Covax Facility, da OMS (Orga-

“Não. Eu não me recordo, não. Enfim, houve, claro, houve, não houve. Não foi exatamente um pedido para implementar esse pedido do Ministério da Saúde, mas o presidente da República, em determinado momento, pediu que o Itamaraty viabilizasse um telefonema dele com o primeiro-ministro [da Índia]

Ernesto Araújo ex-chanceler, em depoimento à CPI da Covid

da Covid, não só no Brasil. Havia notícias sobre isso de vários lugares do mundo. Houve uma grande corrida aos insunhos para hidroxicloroquina e baixou precipitadamente o estoque de cloroquina, fomos informados pelo Ministério da Saúde”, disse Ernesto.

Como mostrou a Folha, o Itamaraty enviou telegramas à Índia a partir de março de 2020 para garantir a importação do medicamento e de insumos. Mas o Itamaraty continuou acionando o corpo diplomático e enviou telegramas em junho para garantir o fornecimento de hidroxicloroquina, mesmo depois de sociedades médicas terem desaconselhado o uso apontando efeitos colaterais graves.

O ex-chanceler também afirmou que Bolsonaro atuou pessoalmente nessa questão, embora o pedido inicial tenha sido feito pela pasta da Saúde.

Renan perguntou se Ernesto havia discutido com outras

autoridades a situação.

“Não. Eu não me recordo, não. Enfim, houve, claro, houve. Não foi exatamente um pedido para implementar esse pedido do Ministério da Saúde, mas o presidente da República, em determinado momento, pediu que o Itamaraty viabilizasse um telefonema dele com o primeiro-ministro [da Índia]”, disse Ernesto.

Renan então perguntou a ele diretamente se houve participação do presidente da República. “Sim”, respondeu.

Em um dos momentos mais acalorados da sessão da CPI, o ex-chanceler negou que tenha feito qualquer ataque à China.

“Não vejo nenhuma declaração que eu tenha feito como antichinesa. Em notas oficiais, nos queixamos do comportamento da Embaixada da China, mas não houve nenhuma declaração que se possa classificar como antichinesa”, afirmou o ex-chanceler.

Continua na pág. A5

Continuação da pág. A4

Aziz então contrapôs Ernesto e lembrou artigo escrito pelo ex-ministro no qual usa a expressão “comunavírus”. “Na minha análise pessoal, vossa excelência está faltando com a verdade. Então, eu peço que não faça isso. Não faça isso”, disse o presidente da CPI.

“Chegar aqui agora e desmerecer o que vossa excelência já praticou e dizer aqui, nesta CPI, para todos os senadores, que o senhor nunca se indispôs em relação à China é... Aí vossa excelência está faltando com a verdade”, completou.

No artigo citado, Ernesto disse que o surgimento do coronavírus acelerava o “projeto globalista”.

“São instrumentos eficientes, mas a pandemia, colocando indivíduos esociedades diante do pânico da morte iminente, representa a exponencialização de todos eles”, diz trecho do artigo que foi publicado no blog do ex-ministro.

Além disso, após discussão em redes sociais do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) e o embaixador da China no Brasil, Yang Wanming, Ernesto saiu em defesa do filho do presidente da República e rompeu relações com Yang.

No fim de março de 2020, o então chanceler pediu à China a substituição de Yang. A solicitação foi feita em abril e reiterada em novembro. Porém ignorou as solicitações.

Durante o depoimento de Ernesto à CPI, Yang postou no Twitter a imagem de um cacto (ao lado) com a mensagem: “Minha foto: algumas espécies de cactos demoram anos para florir. Exercite a paciência, pois as coisas boas fazem qualquer esperar valer a pena”.

Em janeiro deste ano, Er-

“Não vejo nenhuma declaração que eu tenha feito como antichinesa. Em notas oficiais, nos queixamos do comportamento da Embaixada da China, mas não houve nenhuma declaração que se possa classificar como antichinesa

Ernesto Araújo após pergunta sobre suas declarações contra a China

“Chegar aqui agora e desmerecer o que vossa excelência já praticou e dizer aqui, nesta CPI, para todos os senadores, que o senhor nunca se indispôs em relação à China é... Aí vossa excelência está faltando com a verdade

Omar Aziz (PSD-AM) presidente da CPI da Covid, logo após resposta de Ernesto

nização Mundial de Saúde).

"Ele deixa o senhor Eduardo Pazuello numa situação muito difícil para amanhã [quarta]", disse o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), vice-presidente da comissão. Pazuello presta depoimento nesta quarta-feira (19) no colegiado.

A CPI Ernesto confirmou informação divulgada pela Folha de que o governo Bolsonaro mobilizou a estrutura diplomática brasileira para adquirir hidroxicloroquina, medicamento sem eficácia comprovada para o tratamento da Covid-19.

"Naquele momento, março, havia uma expectativa de que houvesse eficácia no uso da cloroquina para o tratamento



Entenda o depoimento em 4 pontos

HIDROXICLOROQUINA

À CPI Ernesto Araújo confirmou informação divulgada pela **Folha** de que o governo Bolsonaro mobilizou a **estrutura diplomática brasileira para adquirir hidroxicloroquina**, medicamento sem eficácia comprovada para o tratamento da Covid-19. "Naquele momento, março, havia uma expectativa de que houvesse eficácia no uso da cloroquina para o tratamento da Covid, não só no Brasil. Havia notícias sobre isso de vários lugares do mundo. Houve uma grande corrida aos insumos para hidroxicloroquina e baixou precipitadamente o estoque de cloroquina, fomos informados pelo Ministério da Saúde", disse. E, embora Ernesto tenha citado o mesmo mês de março, o Itamaraty continuou **acionando o corpo diplomático**, em



Imagem publicada com mensagem no Twitter do embaixador da China no Brasil, Yang Wanming @wanmingyang no twitter

cia a uma troca de farpas que, em março, resultou na demissão do então ministro.

A senadora lembrou o episódio da reunião ministerial de 22 de abril de 2020, na qual Ernesto afirmou que o novo coronavírus causará uma "nova globalização" e, sem citar diretamente a China, referiu-se ao país como "não democrático" e que "não respeita os direitos humanos".

O STF (Supremo Tribunal Federal) liberou a divulgação do teor daquele encontro, exceto por "poucas passagens do vídeo e da respectiva gravação nas quais há referência a determinados Estados estrangeiros". A CPI pedirá acesso à íntegra do vídeo.

No comando do Itamaraty, Ernesto manteve uma relação conflituosa com senadores. Em uma postagem nas redes sociais, no fim de março, Ernesto sugeriu que Kátia Abreu o procurou para fazer lobby em favor da tecnologia chinesa para o 5G. Dias depois, foi demitido pelo presidente.

Ainda na comissão, Ernesto afirmou que não avisou o presidente sobre carta enviada pela Pfizer oferecendo va-

Com este último, afirmou que tinha um "relacionamento fluido". Tanto Martins como Eduardo são alunos do escritor Olavo de Carvalho, que já fez críticas à China. Para senadores, a declaração do ex-ministro reforçou a tese de existência de um "ministério paralelo" que decide ações de combate à pandemia à revelia do Ministério da Saúde.

O ex-ministro também foi questionado sobre a má relação do Brasil com a Venezuela —o Itamaraty não reconhece o regime de Nicolás Maduro— e o impacto disso no colapso da saúde no Amazonas, que sofreu com a falta de oxigênio. Como o próprio ex-chanceler admitiu, o país vizinho doou cargas do insumo ao estado brasileiro.

Aziz, que é senador pelo Amazonas, reclamou que Venezuela não podia enviar aviões ao Brasil porque a entrada estava proibida e teve de fazer o transporte por terra. Ele afirmou que o Itamaraty não agiu e que, caso tivesse autorização para voar, a ajuda teria chegado mais rápido.

Questionado por Randolfe se o Brasil havia procurado

nesto voltou a se referir negativamente a Pequim durante um painel virtual de debate do Fórum Econômico Mundial. O então chanceler disse que o Brasil de Bolsonaro quer uma aliança com os EUA e "outros parceiros democráticos" para barrar a ascensão do "tecno-totalitarismo" de países com "diferentes modelos de sociedade".

Ele fez questão de não nominar "nenhum país ou companhia específicos", mas todas as suas intervenções foram voltadas a fustigar a China.

As contradições de Ernesto foram foco do discurso da senadora Kátia Abreu (PP-TO), que fez uma dura fala contra o ex-chanceler, dando sequên-



Ele [Ernesto Araújo] deixa o senhor Eduardo Pazuello numa situação muito difícil para amanhã [quarta]

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) vice-presidente da CPI

ra que se trocasse o relator da comissão, Renan Calheiros (MDB-AL). Omar afirmou que o trabalho do relator está fazendo com que muitos convocados busquem habeas corpus para se manterem em silêncio e não respondam determinadas perguntas.

"Não é pela pessoa [Renan], mas o movimento que os convidados estão fazendo junto ao STF estão atrapalhando os trabalhos da CPI", disse. "É bom algumas pessoas irem ao Supremo, porque até outro dia essas pessoas queriam tacar fogo no Supremo", respondeu Aziz, ao negar o pedido.

Pazuello já obteve um habeas corpus para se manter em silêncio em determinadas situações em seu depoimento.

A secretária de Gestão do Trabalho e da Educação do Ministério da Saúde, Mayra Pinheiro, também ingressou com pedido, mas foi negado pelo ministro Ricardo Lewandowski, do STF (Supremo Tribunal Federal), nesta terça.

Assim, ela será obrigada a depor à comissão, na quinta (20). O ministro permitiu que ela seja acompanhada por um advogado, mas negou a soli-

telegramas de junho, para garantir o **fornecimento de hidroxicloroquina**, mesmo depois de sociedades médicas terem desaconselhado o uso apontando efeitos colaterais graves. O relator, Renan Calheiros (MDB-AL), perguntou diretamente se houve **participação do presidente** da República no processo. **"Sim", respondeu Ernesto**

MENTIRAS SOBRE ATAQUES À CHINA

Em um dos momentos mais acalorados da sessão da CPI, o ex-chanceler **negou** que tenha feito qualquer **ataque ao país asiático**. "Não vejo nenhuma declaração que eu tenha feito como antichinesa. Em notas oficiais, nos queixamos do comportamento da Embaixada da China, mas não houve nenhuma declaração que se possa classificar como antichinesa", afirmou. Presidente da comissão, Omar Aziz (PSD-AM) então contrapôs Ernesto e relembrou **artigo** escrito pelo ex-ministro no qual usa a **expressão "comunavírus"**. "Na minha análise pessoal, Vossa Excelência está **faltando com a verdade**. Então, eu peço que não faça isso. Não faça isso", disse

CRÍTICAS DE KÁTIA ABREU

As contradições de Ernesto foram foco do discurso da senadora Kátia Abreu (PP-TO), que fez uma **dura fala** contra o ex-chanceler. A parlamentar afirmou que o **comportamento** do então chanceler com a China foi **nocivo para o país**, em particular na aquisição de vacinas. "Que bajulação à China? Eu quero bajular qualquer país que tenha vacina", afirmou. Ao terminar sua fala, Kátia disse que Ernesto colocou um desafio às regras jurídicas que regem nossa vida social, política e econômica. Esses efeitos foram levantados no livro "Law in the time of COVID-19", produzido pelo corpo docente da Columbia Law School. Eles estão, obviamente, voltados

para o Brasil, em setembro, porque "presumia" que ele já havia recebido o documento.

Segundo o ex-ministro, o assunto só foi debatido em reunião em fevereiro de 2021, quando o presidente disse que queria conversar com o presidente da Pfizer.

Questionado sobre uma linha de investigação da CPI, o ex-chanceler negou a existência de um "aconselhamento paralelo internacional" de Bolsonaro. Ele afirmou, porém, que Eduardo Bolsonaro e Filipe Martins, assessor internacional da Presidência da República, auxiliavam o mandatário nos assuntos ligados à política externa.

facilitar a entrada da doação venezuelana ao Brasil, Ernesto respondeu que partiu da própria Venezuela a iniciativa. Ainda admitiu que não telefonou ao país vizinho, tampouco agradeceu pela ajuda.

No final da sessão, o senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ) acusou senadores de querer antecipar as eleições. Ele ainda disse que seria fake news a afirmação de que o presidente chamou a Covid de "gripezinha" —o que Bolsonaro fez ao menos duas vezes—, alegando que o mandatário se referia a ele próprio.

Ainda nesta terça, Aziz rejeitou pedido do senador Marcos do Val (Podemos-ES) pa-

re a citação para que ele pudesse suscitar questão de ordem.

Mayra ficou conhecida como "capitã cloroquina" e foi a primeira representante do Ministério da Saúde a ir a Manaus no início de janeiro quando a cidade estava próxima do colapso no sistema de saúde.

Em menos de 24 horas ela emitiu seu diagnóstico sobre os problemas nos hospitais da região: falta de tratamento precoce, o lít de remédios composto por cloroquina, ivermectina e outras substâncias sem eficácia comprovada contra a Covid-19. **Julia Chaib, Renato Machado, Raquel Lopes e Constança Rezende, Matheus Teixeira e Marcelo Rocha**

N NELSON
WILIANS
GROUP

APRESENTA

EstúdioFOLHA
projetos patrocinados

Nada será como antes

Nelson Wilians*

Em meio à pandemia que ainda amargura o nosso país, podemos sonhar com uma nova fase, a exemplo do que está ocorrendo em parte da Europa e dos Estados Unidos. Após muitas restrições e uma ampla campanha de vacinação, europeus e americanos estão experimentando um retorno à "normalidade", com a permissão de atividades coletivas, reabertura de empresas, restaurantes e bares, shows etc.

Porém, como na canção de Milton Nascimento, "sei que nada será como antes, amanhã".

A crise da Covid-19 afetou a vida no mundo todo. Além de seu efeito primário, a perda de muitas vidas, há uma série de efeitos secundários relevantes que precisam ser considerados daqui para a frente, que representam um desafio às regras jurídicas que regem nossa vida social, política e econômica.

Esses efeitos foram levantados no livro "Law in the time of COVID-19", produzido pelo corpo docente da Columbia Law School. Eles estão, obviamente, voltados



O advogado e empreendedor Nelson Wilians

se discutia a obrigatoriedade da vacina, assim como o papel da União, dos Estados e Municípios em implantar políticas de saúde.

Fizemos o possível, trocamos o pneu com o carro em movimento. Mas é preciso agora refletir: chegamos ao melhor modelo durante a pandemia? Até onde vai o "poder de polícia" do estado? O que precisa ser aperfeiçoado?

A falta de mecanismos de proteção para garantir renda aos trabalhadores e microempresários em tempo de crise é outro ponto. O que

balhadores de baixa renda foram e são os que mais estão expostos ao coronavírus.

Outro efeito acentuado pela pandemia refere-se à superlotação de nossos presídios. A solução mais humana durante a crise da pandemia foi a libertação dos presos de baixa periculosidade para que não contraiam a doença. E os outros não estavam vulneráveis? Onde está a solução?

Outra ressalva: as mulheres foram extremamente impactadas pela crise sanitária, não só pelas demissões, já que são maioria nas atividades mais afetadas, como pela dupla jornada em um período em que escolas e creches estavam fechadas. Como equalizar essa questão para evitar que as desigualdades não se aprofundem ainda mais no futuro?

Não se trata aqui de criticar o que foi feito, nossas limitações são semelhantes à imagem de um Band-Aid cobrindo o corte de uma cirurgia de tórax.

A intenção é colocar para reflexão essas questões, da mesma forma que o fizeram os autores de "Law in the time of COVID-19". São questões complexas que, como

que nos levou ao **iceberg** ao **naufrágio**", disse

OFERTA DA PFIZER

Ernesto afirmou que não avisou o presidente sobre a carta da farmacêutica porque presumiu que ela já havia sido entregue ao mandatário, alegando que Bolsonaro era o destinatário do documento. **"Presumia que o presidente da República já soubesse"**, afirmou

para a realidade americana, mas muitos desses efeitos foram observados também aqui e botam nossa sociedade sob pressão.

A pandemia testou as ferramentas que as autoridades têm para tratar e evitar a propagação de doenças infecciosas, entre elas quarentena, vacinação e saneamento público.

Dessa forma, questões como o direito coletivo e o individual foram colocados à prova quando

se observou foi um malabarismo jurídico-econômico para retirar do orçamento um benefício mingado de fome para uma parcela de trabalhadores, deixando outra de fora, e que ainda possibilitou uma série de fraudes. Seria necessário um fundo de crise que contemplasse melhor e mais pessoas? Como nosso poder jurídico pode contribuir para regular essa proteção, garantir segurança jurídica e evitar fraudes?

Vale ressaltar ainda que os tra-

mitas outras, já estão no tabuleiro desafiando os operadores do direito e, claro, nossa sociedade.

E é fundamental que, a partir de agora, façamos um esforço conjunto para respondermos à altura essas demandas; caso contrário, tudo será como antes, amanhã.

**advogado, empreendedor, fundador e presidente do Nelson Wilians Advogados*

SÃO PAULO – São Paulo – 19/05/2021

Disputa eleitoral antecipada gera clima de fim de governo e atrasa reformas

Analistas políticos e economistas veem ação mais limitada para BC e Ministério da Economia

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO A chance de aprovação de reformas econômicas até 2022 passou a ser vista como remota pelo mercado financeiro e por analistas políticos, revertendo o otimismo do início do ano após a mudança no comando do Congresso. Entre os principais temas em discussão no Legislativo, estão a reforma administrativa, três propostas de reforma tributária e a privatização de algumas estatais. Em todos os casos, as mudanças contrariam grupos de interesse organizados, como o funcionalismo, o que torna difícil o andamento dessas questões em um ambiente que já é de disputa eleitoral antecipada.

Pesam também a continuidade da pandemia, o andamento de uma CPI e a falta de espaço no Orçamento de 2021 para incorporar mais demandas parlamentares em troca de apoio ao governo.

Há ainda a falta de apoio do presidente Jair Bolsonaro e de vários ministros à agenda liberal do ministro Paulo Guedes, o que já levou a uma debandada de vários secretários e assessores da pasta comandada por ele, a Economia.

O próprio ministro já disse que não faz mais previsões sobre prazo para aprovação de reformas, após negociações frustradas com o Legislativo. Nesse cenário, na avaliação

REFORMA ADMINISTRATIVA
Apresentada pelo governo em setembro de 2020, a proposta aguarda votação na CCI (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara, um dos primeiros passos na tramitação

REFORMA TRIBUTÁRIA
As três propostas que estão no Congresso (da Câmara, do Senado e do governo) e unificam tributos sobre o consumo estão praticamente paradas desde 2020. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), quer faturar a reforma e tratar de outros tributos, em linha com Guedes

de economistas, a política econômica até 2022 deve se concentrar em duas frentes: um Banco Central que terá de lidar com riscos inflacionários e uma normalização do estímulo monetário e um Ministério da Economia na defensiva para manter os gastos públicos sob controle.

A reforma dos tributos sobre o consumo em todos os níveis de governo sofreu um revés nas últimas semanas com a decisão do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de anunciar o fim da comissão que analisava uma das propostas. Ele sinalizou apoio ao projeto do governo que unifica apenas dois tributos federais (PIS/Cofins), mas que também enfrenta resistências de alguns setores.

A administrativa sofre resistência tanto de parlamentares de oposição quanto de governistas, que já falam em adiar as discussões para 2023.

Em relação às privatizações, o governo enviou ao Congresso um projeto de lei que quebra o monopólio dos Correios e também editou uma medida provisória que abre caminho para a venda da Eletrobras. Os textos ainda precisam do aval da Câmara e do Senado.

Nos dois primeiros meses após a troca de comando no Congresso, os parlamentares chegaram a aprovar a autonomia do BC, uma versão desidratada da PEC emergencial

e o novo marco regulatório do saneamento básico, mas o andamento de novas proposições tornou-se incerto.

Claudio Couto, coordenador do mestrado de Gestão e Políticas Públicas da FGV EA-ESP (Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas), afirma que a atual administração sempre priorizou a reeleição e o combate aos adversários à agenda de reformas econômicas.

Para ele, a entrada do ex-presidente Lula na disputa por 2022 resultou em um aquecimento do clima de disputa eleitoral antecipada, o que prejudica ainda mais o andamento das reformas e enfraquece a posição da equipe econômica.

"Há uma fragilização do ministro da Economia, que vem perdendo poder ao longo de todo o processo, sendo desacreditado pelo presidente da República, que defende posições que vão contra a agenda econômica", afirma Couto.

"A gente tem visto também esse desembarque em massa de membros do Ministério da Economia, que foram percebendo que a proposta que orientava sua ida ao governo não seria levada adiante."

Mauro Morelli, estrategista-chefe da Davos Investimentos, afirma que os investidores veem em uma antecipação do cenário eleitoral de 2022.

Para ele, várias das proposi-

ções em discussão no Congresso teriam efeitos positivos sobre a população de maneira geral, mas podem gerar perdas para minorias que estão bem organizadas e podem causar ruído político.

"A visão que se tem é que já estamos no fim do governo, quando, na realidade, deveríamos estar pensando que estamos apenas um pouco depois da metade", afirma Morelli.

Para ele, esse cenário limita a atuação do Ministério da Economia, embora a equipe econômica ainda esteja obtendo mais vitórias do que derrotas nas discussões sobre a política fiscal.

Morelli afirma que, em relação às ações na área econômica, 2021 pode ser considerado

como um ano que não existe. "Do ponto de vista humanitário, ainda estamos na pandemia de 2020. Do ponto de vista político, já estamos em 2022."

Gustavo Cruz, estrategista da RB Investimentos, diz ver semelhanças entre a situação atual e o segundo mandato de Dilma Rousseff, em 2015, quando outras áreas do governo se opunham às propostas do Ministério da Fazenda.

"Existe menos espaço para reformas do que a gente estava vendo no início do ano, e a gente não vê uma atuação unida do Executivo para que elas sejam aprovadas", afirma.

Para ele, a reforma administrativa pode até ser votada na

PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS
MP que precisa ser votada até 22 de junho para não perder a validade. Parecer preliminar do deputado Elmar Nascimento ainda não foi votado

MONOPÓLIO DOS CORREIOS
Câmara aprovou urgência do projeto que abre a empresa para o capital privado.

BNDÉS prevê privatização em 2022, mas deputados dizem que texto não prevê a venda da estatal

NOVO MARCO LEGAL DO CÂMBIO
Aprovado na Câmara, projeto ainda precisa de aval do Senado

Câmara, mas terá dificuldade em avançar no Senado neste ano enquanto durar a CPI da Covid. Em 2022, o foco será a disputa pelo aumento de despesas que será viabilizado pela correção do teto de gastos por uma inflação mais alta.

"Não vai se lutar pela pauta econômica no ano que vem. Se neste ano há uma sensação de que não é prioridade, no ano que vem vai ser pior ainda."

Marco Maciel, sócio e economista da gestora Kairos Capital, afirma que a disputa eleitoral não afeta neste momento os indicadores econômicos do país, que melhoraram nas últimas semanas, mas também não contribui para o andamento das propostas econômicas no Congresso.

Em sua avaliação, a política econômica atual ficou muito focada nas grandes reformas e deixou de lado questões microeconômicas que poderiam ajudar o Brasil. Entre os textos importantes no Congresso, Maciel cita ainda a revisão da legislação cambial, que passou na Câmara neste ano e ainda será analisada pelo Senado.

"A gente fica na defensiva porque só faz atualmente política fiscal e monetária. Alguns analistas diriam que é isso mesmo. Na minha opinião, tem outras coisas para serem feitas também", afirma.

O economista Otto Nogami, professor do Insper, diz que o que se vê atualmente é uma desmobilização do ministério, com projetos engavetados e uma dificuldade muito grande de diálogo com o Congresso.

"Este 2021 pode ser considerado um ano perdido, 2022 é ano de eleição. Tudo vai depender do governo que vai assumir em 2023. Se este governo for reeleito, vão ser mais quatro anos de problemas." Leia mais sobre a privatização da Eletrobras na pág. A21

São Paulo – 19/05/2021

Em momento de baixa, Bolsonaro assina pacote para caminhoneiros

Pressionado por CPI e com popularidade em queda, presidente concede benefício a uma de suas principais bases de apoio

Daniel Carvalho

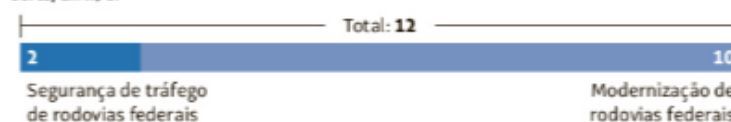
BRASÍLIA Em um momento de fragilidade política, em que está com popularidade em baixa e um cenário desfavorável para 2022, o presidente Jair Bolsonaro assinou nesta terça (18) dois decretos e três medidas provisórias com benefícios para os caminhoneiros, tentativa de manter o apoio da categoria, que reúne mais de 1 milhão de trabalhadores.

Como a **Folha** mostrou, o pacote de medidas será anunciado em etapas. Neste pri-

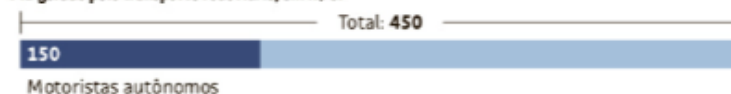
Governo lança pacote para caminhoneiros

Medidas serão implementadas em etapas até 2022

Obras, em R\$ bi



PIB gerado pelo transporte rodoviário, em R\$ bi



meio momento, por exemplo, ainda não houve o anúncio do voucher que está em estudo para amenizar os efeitos dos reajustes do óleo diesel.

Um dos lançamentos de agora é o Gigantes do Asfalto, instrumento de coordenação, articulação e incentivo a programas voltados para o setor. A iniciativa será coordenada pela Comissão Nacional de Autoridades de Transportes Terrestres, articulando entidades públicas e privadas.

Foi anunciado o DT-e (Documento de Transporte Eletrônico), que, segundo o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, vai condensar até 90 documentos necessários hoje.

Com o documento, a categoria será beneficiada com a redução de custos e do tempo nas paradas para fiscalização, deixando o frete mais competitivo. ODT-e também poderá ser usado como comprovante de renda. O uso experimental do sistema começa em julho em determinadas rotas e com cargas de soja.

Neste primeiro momento, o uso não será obrigatório, o que só deve acontecer a partir

do primeiro semestre de 2022.

Uma das MPs permite a criação de um modelo de antecipação dos valores a receber pelo serviço de frete.

Também foram anunciadas mudanças em relação à pesagem dos caminhões. Serão alterados os limites de tolerância para peso por eixo.

O aumento desse limite será de 10% para 12,5% na pesagem por eixo. Além disso, fica extinta a tolerância de peso por eixo para os veículos com peso bruto total inferior a 50 toneladas.

Dessa forma, ao carregar o caminhão dentro do limite do peso bruto total, o caminhoneiro não será punido por não conseguir aferir o peso por eixo no momento do carregamento, já que algumas cargas são difíceis de serem distribuídas uniformemente na carroceria.

“Quantos caminhoneiros foram multados em balanças porque carregavam suas cargas lá nos embarcadores e, durante o caminho, estes grãos se movimentam e houve um excesso de peso por eixo? Aí vem uma multa em cima, se- vera”, disse Tarcísio.



87% é o peso do transporte de carga (em valores) em relação às outras modalidades

Fonte: Ministérios da Economia e da Infraestrutura



O que vimos hoje foi uma sólida demonstração da atenção do governo para os caminhoneiros autônomos

Marlon Maues
assessor-executivo da CNTA (Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos).

rodovias federais de 36 para 100 até o fim do ano.

A Caixa também anunciou medidas para os caminhoneiros. O banco garantirá condições especiais em linhas de crédito e serviços bancários para a categoria, como isenção da primeira anuidade do cartão e descontos na cesta de serviços e na taxa de administração de previdência privada.

Além de ampliar a campanha de renegociação de dívidas, também foi anunciada uma linha de crédito que garantirá antecipação de recebíveis de frete, medida que será lançada no fim de junho.

“O caminhoneiro vai deixar de ser invisível, vai ter seu histórico de crédito e todo o mundo vai saber que o caminhoneiro é bom pagador, que ele tem renda. Ele vai ter seu capital de giro, dinheiro para fazer sua viagem numa taxa de desconto num valor mais baixo”, afirmou o ministro.

Outro programa conduzido pelo Ministério da Infraestrutura é de recuperação e modernização das rodovias federais, com R\$ 2 bilhões a obras. A pasta incluiu no edital do 5G obrigações de conexão nas estradas. As operadoras que vencerem o leilão terão de fazer a cobertura de 48 mil quilômetros de estradas federais com sinal 4G.

O anúncio da primeira parte do pacote coincide com um momento de dificuldade política do presidente da República. Além de estar sendo pressionado pela CPI da Covid no Senado, Bolsonaro enfrenta queda de popularidade.

Na quarta-feira (12), foi divulgada pesquisa Datafolha que apontou queda de popularidade do presidente. O governo tem a aprovação de 24% dos brasileiros, a pior marca de seu mandato até aqui.

A pesquisa mostrou que Lula lidera corrida eleitoral de 2022. O petista alcança 41% das intenções de voto no primeiro turno, contra 23% de Bolsonaro. No segundo turno, Lula marca 55% contra 32% de Bolsonaro.

Os caminhoneiros represen-

tação Nacional dos Transportadores Autônomos).

Apesar do pacote, os caminhoneiros ainda pressionam o governo por outros benefícios.

A Folha mostrou que, apesar de ter sido incluída na lista de prioridades do Plano Nacional de Imunização, a categoria ainda não tem previsão de quando começará a ser vacinada contra a Covid e, por isso, pressiona o Executivo.

No fim de janeiro, com ameaças pontuais de greve dos caminhoneiros, o governo federal cedeu a uma série de itens da pauta de reivindicações dos profissionais de transporte.

Uma das promessas foi a inclusão da categoria na lista de grupos prioritários de vacinação contra a Covid-19, o que de fato aconteceu, embora, sem previsão de data para início da imunização.

Relator avalia novo aumento de tributo sobre bancos

BRASÍLIA O Congresso e o governo negociam mudanças no projeto que prevê aumento da taxa sobre bancos, adotado como forma de compensar a decisão de cortar tributos sobre diesel —demanda de caminhoneiros— e gás de cozinha.

O relator da MP, deputado Moses Rodrigues (MDB-CE), avalia propor que a tributação sobre bancos suba mais do que o patamar definido pelo governo, além de estudar uma prorrogação da medida, que originalmente vigoraria até o fim do ano.

Essa tem sido a solução apontada por líderes da Câmara para suavizar outros pontos da MP, que retira benefícios do setor petroquímico e da compra de carros adaptados para pessoas com deficiência.

Rodrigues também acredita que sobretaxar grandes bancos possa ser uma saída para tirar o peso do aumento de impostos sobre institui-

Haverá ainda mudança no Código de Trânsito Brasileiro. Caso o caminhão seja parado com alguma irregularidade, mas não seja possível resolvê-la no local da infração, o veículo poderá ser liberado se oferecer condições de segurança. O documento fica recolhido e, mediante regularização do veículo, não superior a 15 dias, será devolvido.

O ministro explicou que, se o caminhão ficar retido no fim de semana, não vai precisar pagar estada.

Tarcísio ainda prometeu aumentar o número de postos de parada e descanso em

tam uma categoria importante que apoiou Bolsonaro em 2018. O Ministério da Saúde estima em mais de 1,2 milhão o número de trabalhadores do setor em todo o Brasil.

As medidas anunciadas em cerimônia no Palácio do Planalto atendem também ao setor produtivo. As duas áreas beneficiárias se reuniram em Brasília no sábado (15) em um ato de apoio a Bolsonaro.

"O que vimos hoje foi uma sólida demonstração da atenção do governo para os caminhoneiros autônomos", disse Marlon Maues, assessor-executivo da CNTA (Confedera-

ções financeiras menores, como cooperativas e seguradoras. A MP estabelece a mesma alíquota na CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) a partir de junho para empresas do setor financeiro de cinco pontos percentuais.

Procurada, a Febraban (Federação Brasileira de Bancos) informou que mantém posição sobre a MP, com o argumento de que os bancos já vêm dando sua contribuição à economia e à sociedade durante a pandemia e, com o aumento do tributo, são chamados a contribuir ainda mais. **Thiago Resende e Bernardo Caram**

19/05/2021

Construção quer importar aço para conter alta de preço

Entidade pede redução de tributo; reajuste supera 50% na rede de distribuição

Fernanda Brigatti

SÃO PAULO A Cbic (Câmara Brasileira da Indústria da Construção) apresentará à Camex (Câmara de Comércio Exterior) nos próximos dias um pedido formal para a redução do imposto para a importação de produtos feitos em aço.

A solicitação já tinha sido apresentada ao Ministério da Economia, a quem a Camex é vinculada, mas não foi discutida. A proposta do setor é uma redução de 12% para 1% da tarifa de importação por seis meses, com a possibilidade de renovação por igual período.

A expectativa das construtoras é que a medida possa aumentar a oferta e, com isso, criar pressão por preços menores no mercado interno. Produtos como vergalhões e bobinas acumulam altas de 68% e 76%, respectivamente, em 12 meses.

“Precisamos de um choque de oferta, ou a situação só vai se reequilibrar pela redução da demanda, que virá pela quebra-geral”, diz José Carlos Martins, presidente da Cbic.

Na rede de distribuição, segundo o Inda (Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço), a alta acumulada até

Produção de aço foi recorde em abril

	Produção em abril Em mil toneladas			Produção de jan-abril Em mil toneladas		
	2020	2021	Varição (em %)	2020	2021	Varição (em %)
Aço bruto	1.929	3.073	59,3	10.164	11.782	15,9
Laminados	1.278	2.268	77,4	7.122	8.649	21,4
Planos	834	1.345	61,3	4.233	5.063	19,6
Longos	445	923	107,5	2.889	3.586	24,1
Semiacabados	599	638	6,4	2.665	2.515	-5,6
Placas	571	583	2,1	2.533	2.386	-5,8
Lingotes, blocos e tarugos	29	55	92,5	132	129	-2,2
Ferro-gusa	1.751	2.347	34,1	8.198	9.204	12,3

Vendas

	Mercado externo		Mercado interno	
	Variação ante 2020	Variação ante 2020	Variação ante 2020	Variação ante 2020
Laminados	114	-46,7	1.911	95,9
Planos	55	-57,2	1.092	118,3
Longos	58	-30,6	819	72,3
Semiacabados	533	2,3	34	108,2
Placas	526	5,6	21	145,8
Lingotes, blocos e tarugos	7	-70	13	67,4

maio está entre 50% e 52%, e as usinas já comunicaram que novos reajustes para junho e julho estão em estudo. Na CSN, fala-se em aumentos entre 5% e 10%.

Até o início do ano, as construtoras também relatavam dificuldade de abastecimento ou prazos muito longos para entregas. O Sinduscon-SP (sindicato da indústria do setor) divulgou carta na semana passada defendendo a repactuação de contratos.

Mesmo com o abastecimento normalizado, os atrasos registrados entre o terceiro e quarto trimestres do ano passado exigiram cronogramas mais longos de obras, segundo a entidade.

“O desabastecimento de alguns desses insumos reduziu a produtividade das obras, alongou os cronogramas de execução e acarretou mais custos.”

Já a Aço Brasil, entidade que representa as siderúrgicas, diz não haver desabastecimento. Em abril, o setor registrou produção de 3,1 milhões de toneladas de aço bruto, o melhor resultado desde outubro de 2018, e alta de 59,3% ante o mesmo período de 2020.

Ainda que a comparação com o ano passado se refira

Matérias-primas para produção de aço

Variação em 12 meses até março (em%)



Fontes: Aço Brasil e FGV

a um período de queda brusca na produção —era o início da pandemia—, o presidente-executivo da Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopes, diz que os resultados do quadrimestre demonstram que a produção siderúrgica em 2021 já supera o pré-pandemia.

As vendas internas, de janeiro a abril, subiram 40,5% ante o mesmo período de 2020.

A produção de laminados, que abastece as indústrias de automóveis, naval e de construção civil, foi de 2,3 milhões de toneladas, 77,4% superior à de abril de 2020. Os setores de construção, bens de capital e veículos consomem 82,2% do

Principais altas no INCC (inflação da construção)

Abril (em %)



aço produzido no Brasil.

No caso das obras, os principais produtos são os longos, que as construtoras compram diretamente nas usinas.

A Aço Brasil diz que não discute preços, uma vez que as siderúrgicas são livres para agir conforme o mercado, mas não ignora que os produtos siderúrgicos estejam mais caros.

“Abastecimento tem. Em relação ao preço, a gente não fala porque isso cabe às empresas, mas temos que lembrar que nossas matérias-primas subiram 147%”, diz Marco Polo.

Ele afirma ainda que, enquanto produtos muito utilizados em obras, como as bo-

binas, tiveram alta de 76% no Brasil, o mesmo produto subiu 125% em dólar no mercado doméstico nos EUA.

Para o dirigente da entidade, relatos de desabastecimento podem estar ligados ao que ele chama de estoque defensivo ou especulativo, nos quais as distribuidoras estariam aumentando o volume de compra para evitar aumentos.

Para a Cbic, é improvável que, entre as construtoras, alguém esteja conseguindo estocar produtos em aço. Ele não descarta, porém, que alguma opte por aumentar o nível de estoque no mês que antecede um novo reajuste.

São Paulo – 19/05/2021

Empresárias querem espaço para femtechs no mercado de startups

Investidoras começam a se mobilizar em busca de condições iguais na captação de recursos e do desenvolvimento

Filipe Oliveira

SÃO PAULO Nove entre dez startups brasileiras foram criadas só por homens, mapeamento da consultoria de inovação Distrito com a aceleradora B2Mamy e a ONG Endeavor. Na outra ponta, do lado de quem investe nessas companhias, a proporção é praticamente a mesma.

Além de desigual, o ambiente também pode ser hostil. Segundo a pesquisa do Distrito, 72,4% das fundadoras que passaram por processo de captação de investimento disseram ter sofrido assédio moral vinculado a questões de gênero. Mais de 60% ouviram questionamentos sobre sua capacidade de conduzir o negócio no processo, e quase um terço era de mães. Foram ouvidas 400 fundadoras.

Investidoras e empresárias começam a se mobilizar contra essa realidade em busca de condições iguais na captação de recursos e do desenvolvimento de uma nova vertical de startups, as femtechs, companhias inovadoras que se dedicam a atender com mais qualidade a necessidades de mulheres.

Segundo dados ainda inéditos da associação Anjos do Brasil, que reúne investidores individuais, a proporção de investidoras entre quem aplica dinheiro em startups foi de 7%

em 2019 para 13% em 2020. No período, mulheres que apoiam financeiramente empresas iniciantes foram de 575 para 904.

A investidora Rachel Horta, 47, que criou entre outros negócios a startup Hekima, de inteligência artificial, vendida para o iFood em 2020, diz que há uma grande oportunidade, ainda ignorada pelo mercado, para empresas que conectam saúde feminina e tecnologia.

Entre os investimentos de Horta está a Oya Care, startup da empresária Stephanie von Staa Toledo, 32. Lançada em novembro, a companhia oferece orientações

para testes hormonais, consultas sobre o tema online e conteúdo para que mulheres tenham mais controle sobre sua fertilidade e a decisão sobre o momento em que gostariam de engravidar.

A startup também prevê ampliar seu escopo de atuação para áreas como menopausa, contracepção e prazer sexual.

Toledo afirma que a ideia para a empresa veio de sua percepção, ao trabalhar no mercado financeiro, de que a falta de entendimento do

corpo feminino era um dos desafios para que mulheres pudessem avançar na carreira.

Segundo a empresária, a falta de mulheres no mercado de startups trouxe dificuldades maiores do que ela esperava, principalmente para captar investimentos. "Por eu tratar de temas do universo feminino, quem está do outro lado não entende automaticamente do que estou falando."

A startup conseguiu cerca de R\$ 800 mil, a maior parte vinda do fundo Canary, em que a principal interlocutora de Toledo era uma mulher. Também participaram 18 investidores individuais, 9 homens e 9 mulheres, diz.

Com sete aplicações em startups de mulheres realizadas desde o ano passado, a investidora Flávia Mello, 34, criou há dois meses, ao lado da também investidora Erica Friedman Stul, o grupo Sororité, formado por 30 mulheres interessadas em apoiar startups.

Mello conta que o grupo já se reuniu virtualmente para assistir a apresentações de quatro empresas lideradas por mulheres. Após ouvirem as ideias, as participantes do grupo discutem o modelo de negócio das startups, e o investimento é feito individualmente por quem se interessar.

Ela diz que a ideia para o grupo veio depois de ouvir de empreendedoras sobre o desejo delas de ter mais investidoras no quadro societário e a dificuldade que tinham para atingir esse objetivo.

Entre os investimentos de Mello, que foi executiva de empresas como Uber e Facebook, estão a Safespace, que usa tecnologia para evitar assédio no ambiente corporativo e a marca de chás The Feminist Tea.

Além de ver propósito em seus investimentos, Mello diz que suas escolhas são baseadas em potencial de retorno financeiro: "Existe uma oportunidade ao investir em algo negligenciado que o



Rafaela Bassetti, da Wishe, que busca recurso via investimento coletivo online para startups de mulheres. Eduardo Anziletti/Folhapress



Marina Rattton, da Feel, que produz creme pós-depilação com óleo de coco e lubrificante à base de plantas. Paulo Liebert/Divulgação

investidor tradicional não entende", afirma a investidora.

Um debate sobre femtechs e sextechs (startups que lidam com sexualidade) durante uma temporada em San Francisco para treinar inglês em 2018 foi o ponto de partida para que Marina Rattton, 35, decidisse criar um negócio nesses setores. "Entendi que inovações para mulheres não aconteciam no volume que deveriam porque na mesa do conselho das empresas são praticamente só homens brancos."

No ano passado, Rattton deixou seu emprego na área de marketing e entrou para a B2Mamy, Ali, contando com apoio de outras empresárias para entrevistas e testes de seus produtos, lançou a Feel, marca que produz um lubrificante íntimo à base de plantas e um creme pós-depilação com óleo de coco.

A empresa de Rattton está com uma captação de investimentos de R\$ 500 mil aberta para interessados na plataforma Wishe, que em março deste ano passou a buscar recursos via investimento coletivo online para startups de mulheres. A startup também foi escolhida para programa de aceleração de startups do Grupo Botucário neste ano.

Rafaela Bassetti, 36, sócia da Wishe, diz que trazer mais investidoras e fundadoras é uma forma de mudar a partir da base estruturas que se reproduzem também nas empresas de capital aberto, a maioria comandadas por homens.

"Precisamos pôr mais dinheiro nas startups de mulheres para que elas contem mais histórias de sucesso."

Atualmente, são três startups nas quais se pode investir pelo site da Wishe.

Outra das companhias listadas ali é a PHP Biotech, startup que trabalha no desenvolvimento de uma molécula para tratar do câncer de mama do tipo triplo negativo, mais agressivo.

Patrícia Heloise Bezerra, pesquisadora da empresa, diz que os testes in vitro indicaram que a molécula sintetizada pela empresa consegue destruir grande volume de células tumorais agredindo poucas saudáveis.

A companhia busca R\$ 1 milhão para seguir com os testes, que também precisam passar por análise de toxicidade em animais. Para Bezerra, o financiamento coletivo de mulheres é adequado porque trará investidoras que, além de retorno financeiro, estarão preocupadas com o impacto social do projeto.

Mulheres são minoria entre empreendedoras e investidoras

Composição da equipe fundadora, em %



Quadro societário das startups, em %



Setores de atuação das empreendedoras, em %



Fonte: Distrito

19/05/2021

Para 70%, vacinação está lenta, diz Datafolha

Em contrapartida, 32% avaliam como ótimo ou bom desempenho do governo federal na compra de imunizantes

Aline Mazzo

SÃO PAULO Sete em cada dez brasileiros (70%) acham que a velocidade da vacinação contra a Covid-19 no país está mais lenta do que deveria, segundo pesquisa Datafolha. Outros 22% avaliam que o ritmo de imunização está dentro do prazo possível, 8% afirmam estar mais rápido do que deveria e 1% não opinou. Os que se mostram descontentes com a velocidade da imunização são majoritários em todos os estratos e alcançam a taxa mais alta entre os que têm de 25 a 34 anos (80%).

Já no grupo que vê o ritmo da vacinação dentro do prazo possível, a taxa sobe a 40% entre os que aprovam a gestão de Jair Bolsonaro (sem partido). Para esse levantamento, o Datafolha entrevistou presencialmente 2.071 brasileiros com 16 anos ou mais, em todas as regiões, em 11 e 12 de maio. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos, e o nível de confiança é de 95%.

Com a campanha de vacinação iniciada em janeiro, o país já aplicou a primeira dose em 24,8% da população adulta e a segunda, em 12,3%. No total, foram aplicadas 59,6 milhões de doses, segundo dados do consórcio dos veículos de imprensa, integrado por Folha, UOL, G1, O Estado de S. Paulo, Extra e O Globo.

Mesmo que os índices tenham ainda índices de vacinação considerados tímidos pelos especialistas, o Datafolha revela uma pequena melhora na avaliação da velocidade da imunização se comparada à pesquisa de março deste ano. Na ocasião, 76% disseram que a imunização estava mais lenta do que deveria.

Entre as pesquisas, o país viu uma aceleração na campanha, após o Ministério da Saúde liberar o uso de vacinas reservadas para a segunda dose.

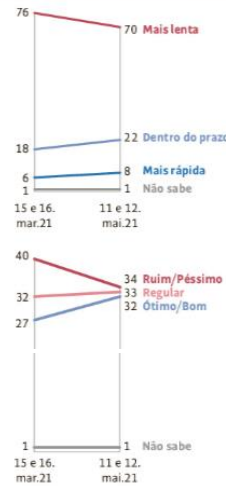
O ritmo da vacinação chegou a estagnar em meados de abril, em razão da redução da previsão de ofertas de novas doses, mas voltou a crescer no fim do mês com a chegada do lote do imunizante da Pfizer e de novas entregas da Fiocruz. No entanto, a estratégia do governo de não reservar a segunda dose mostrou problemas. Com atraso na chegada de insumos da China, no início de maio mais da metade das capitais do país registrava falta da Coronavac para a segunda dose, sendo que em nove delas a etapa final da imunização foi suspensa.

E o ritmo de vacinação pode diminuir, já que a produção da Coronavac está parada em razão de um novo atraso na entrega de 10 milhões de insumo —equivalente a cerca de 18 milhões de doses da vacina.

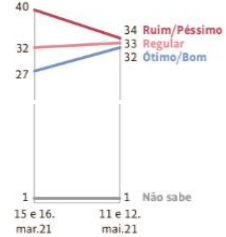
O descontentamento da maioria com o ritmo da imu-

70% acham que vacinação está mais lenta que o previsto

Como você avalia a velocidade da vacinação contra a Covid-19 no Brasil: mais rápida do que deveria, mais lenta do que deveria ou está dentro do prazo possível?



Como você avalia o desempenho do Ministério da Saúde na compra de vacinas contra a Covid-19: ótimo ou bom, regular, ruim ou péssimo?



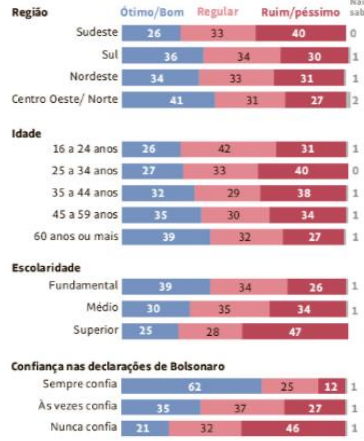
No dia 14, após duas semanas de depoimentos, o presidente da comissão, senador Omar Aziz (PSD-AM), disse à Folha considerar que já está provado que o governo federal negligenciou inicialmente a compra de vacinas.

Em depoimento à CPI, o gerente-geral da Pfizer na América Latina, Carlos Murillo, afirmou que a empresa fez em 2020 ao Brasil ao menos cinco ofertas de doses de vacinas contra o coronavírus e que o governo ignorou proposta para comprar 70 milhões de unidades do imunizante.

O ex-secretário de Comunicação Fábio Wajngarten afirmou, também em depoimento à comissão do Senado, que uma carta enviada pela Pfizer com proposta para fornecimento da vacina, enviada em setembro de 2020, permaneceu dois meses sem resposta do Executivo. A pesquisa mostra que o índice de aprovação ao trabalho do Ministério da Saúde na aquisição de vacinas é mais alto entre os que têm 60 anos ou mais (39%), os com menor escolaridade (39%), os aposentados (40%) e os moradores das regiões Centro-Oeste e Norte (41%).

Os números favoráveis ainda são impulsionados pelos grupos que demonstram apoio a Jair Bolsonaro, chegando a 59% entre os que aprovam o governo, 62% entre os que sempre confiam nas falas do presidente e 66% no grupo dos que se dizem satisfeitos com o desempenho do Executivo federal no combate à pandemia.

Já a reprovação do trabalho da Saúde encontra mai-



Fonte: Pesquisa Datafolha realizada presencialmente com 2.071 brasileiros com 16 anos ou mais, em 140 municípios, entre os dias 11 e 12 de maio. A margem de erro máxima é de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos, e o nível de confiança é de 95%.

91% das pessoas pretendem se vacinar, aponta pesquisa

SÃO PAULO No momento em que o país soma mais de 430 mil mortos pela Covid-19 e só 12% da população adulta está completamente imunizada contra o coronavírus, nove em cada dez brasileiros com 18 anos ou mais (91%) pretendem se vacinar ou já se vacinaram, aponta pesquisa Datafolha.

Outros 8% não pretendem se vacinar nem tomaram a vacina e uma fração de 1% preferiu não opinar.

Os números confirmam a tendência de crescimento da adesão à imunização. Na pesquisa de dezembro de 2020, os pró-vacina somavam 73%. Em janeiro, logo após as primeiras doses serem aplicadas, esse percentual subiu para 81%. Dois meses depois, no pico da segunda onda de Covid-19, chegou a 86%.

Entre os que são favoráveis à vacinação contra Covid-19, 25% afirmam já ter tomado a primeira ou segunda dose. O índice representa um salto em relação à pesquisa de março, quando os vacinados compunham uma parcela de 5% dos ouvidos pelo Datafolha.

A alta é impulsionada por quem tem 60 anos ou mais, grupo priorizado no Plano Nacional de Imunizações. Nessa faixa etária, 92% já receberam ao menos uma das doses.

Já dois em cada três (66%) dos entrevistados ainda não puderam ser imunizados, mas declaram que pretendem se vacinar. Na fatia formada pelos entrevistados com idade entre 45 e 59 anos, que devem ser vacinados assim que acabarem os grupos prioritários, esse índice chega a 85%.

A parcela dos que recusam os imunizantes é minoritária em todos os segmentos. No entanto, alcança índices mais altos entre os que sempre confiam nas declarações de Jair Bolsonaro (14%) e entre os que dizem não fazer isolamento social (21%).

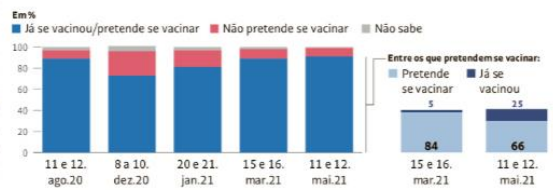
O comportamento do mandatário no enfrentamento à Covid-19 é amplamente criticado por especialistas brasileiros e estrangeiros. Em dezembro de 2020, ele chegou a dizer que não tomaria a vacina. Meses depois, afirmou que quer ser o último brasileiro a se vacinar. Além disso, sempre fez questão de dizer que ninguém seria obrigado a se vacinar em seu governo.

O Datafolha também questionou se as pessoas tomariam vacinas desenvolvidas nos EUA, na Inglaterra, na Rússia e na China, desde que aprovadas no Brasil. A maioria afirmou que tomaria, mas houve uma predileção pelo imunizante americano.

No geral, a adesão às doses, levada em conta a sua proce-

91% dos brasileiros pretendem se vacinar ou já se vacinaram

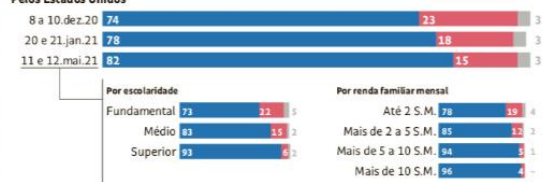
Já existem algumas vacinas aprovadas contra a Covid-19 pela Anvisa para uso no Brasil. Você já se vacinou? (Se não) Você pretende se vacinar?



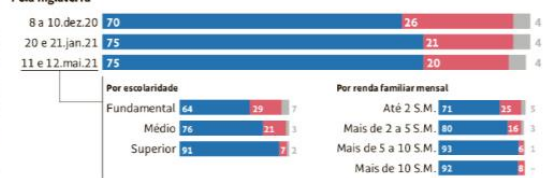
Você tomaria ou não uma vacina contra a Covid-19 que já tivesse sido aprovada e desenvolvida:

Em % Sim Não Não sabe

Pelos Estados Unidos



Pela Inglaterra



nização, no entanto, não se reflete na avaliação do desempenho do Ministério da Saúde na aquisição de doses contra a Covid-19, mostra a pesquisa.

Um terço dos entrevistados (32%) aponta como ótimo ou boa a atuação da pasta na compra de vacinas. Já 33% avaliam como regular e 34% como ruim ou péssimo. Uma fração de 1% não opinou.

Se comparada com a pesquisa anterior, de março, os percentuais mostram uma melhora na avaliação do governo. Naquela data, 27% tinham o trabalho do Ministério da Saúde em adquirir vacinas contra a Covid-19 como ótimo ou bom, 32% como regular e 40% como ruim ou péssimo.

A alta se deu mesmo diante do cenário atual adverso para a gestão Bolsonaro nesse tema. A CPI da Covid no Senado começou os trabalhos em abril e tem centrado fogo no empenho do governo para garantir a vacinação.

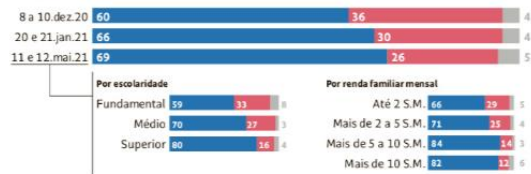
oria entre os com mais escolaridade (47%), os que possuem renda familiar mensal de mais de dez salários mínimos (55%) e os moradores da região Sudeste (40%) do país.

Ainda avaliam como ruim ou péssimo o desempenho da pasta na compra de imunizantes 51% dos que reprovam a gestão Bolsonaro, 46% dos que nunca confiaram nas falas do presidente e 51% dos que reprovam o desempenho do governo federal no combate à pandemia.

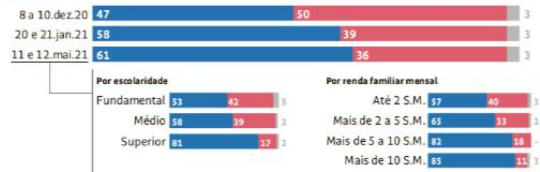
Durante pronunciamento em março, o presidente prometeu imunizar toda a população até o final de 2021 — o que é considerado pouco provável pelos especialistas, diante da oferta atual de doses.

"Ao final do ano, teremos alcançado mais de 500 milhões de doses para vacinar toda a população. Muito em breve, retomaremos nossa vida normal", afirmou Bolsonaro, na ocasião.

Pela Rússia



Pela China



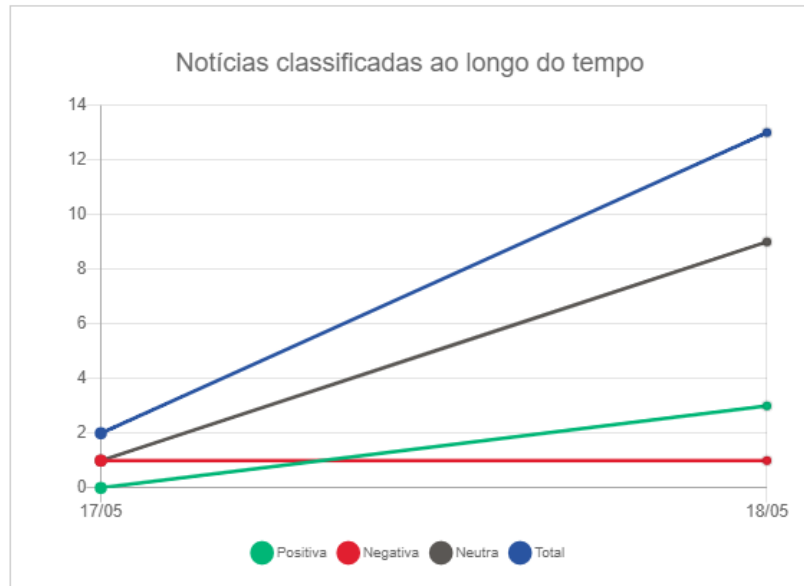
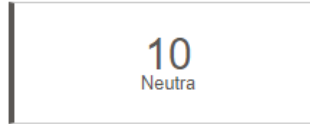
S.M. = Salário mínimo.
Fonte: O Datafolha realizou 2.071 entrevistas presenciais com brasileiros de 16 anos ou mais em todas as regiões do país, entre os dias 11 e 12 de maio deste ano. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos, e a confiança na pesquisa é de 95%.

dência, cresce à medida que aumenta a escolaridade e a renda mensal familiar.

São três as vacinas disponíveis no Brasil: Coronavac (parceria entre o laboratório chinês Sinovac e o Instituto Butantan), Oxford/AstraZeneca (desenvolvida na Inglaterra e produzida no Brasil pela Fiocruz) e Pfizer/BioNTech (desenvolvida pelo laboratório americano). A russa Sputnik V teve a importação barrada pela Anvisa em abril, por apresentar inconsistências técnicas no seu desenvolvimento.

Com a maior aceitação, a vacina desenvolvida nos EUA é aprovada por 82% dos entrevistados. Já 75% disseram que se vacinariam com o imunizante inglês. O grupo que tomaria a vacina russa soma 69% dos entrevistados, e a parcela que declarou interesse em tomar a vacina chinesa foi a que mais cresceu no período, saindo de 17% em dezembro de 2020 para 61% agora.

GRÁFICOS



Principais Fontes

FONTES	NOTÍCIAS
HTTP://BLOGTULIOLEMOS.COM.BR/	2
HTTPS://WWW.BLOGDOBG.COM.BR/	2
HTTP://WWW.CHICOGREGORIO.COM.BR/	1
HTTP://WWW.TRIBUNADENOTICIAS.COM.BR/	1
HTTPS://AGORARN.COM.BR/	1

Porcentagem das Principais Fontes

